



**Empresa Brasil
de Comunicação**

Relatório da Ouvidoria

Julho

2016

Ouvidora-geral

Josefi Marques

Ouvidores-adjuntos

David Silberstein

Márcio Bueno

Tiago Severino

Atendimento

Ana Cristina Santos

Daniel Teixeira

Gabriela Chaves

José Luiz Matos

Carlos Genildo

Monitoramento e Gestão da Informação

Jamily Souza

Sheila Lima

Tiago Martins

Apoio à comunicação

Wêdson França

Secretária

Edna Mamédio

Estagiário

Raimundo Lourenço

Sumário

Análise de conteúdo

TV Brasil

ES Rural: jornalismo ou assessoria de governo?.....	6
Ouidoria analisa o programa <i>Conhecendo Museus</i>	6
Jornal sem áudio e paginação confusa.....	7
Expedições: Um novo formato	9
As notícias sobre a renúncia de Eduardo Cunha	10
A eleição do novo presidente da Câmara	11
Onde estão as notícias do programa <i>Notícias do Campo?</i>	11
A pregação política no programa evangélico Reencontro	13

Agência Brasil e Portal EBC

Jornalismo investigativo é sobretudo relacionar fatos	14
Pequenos erros colecionados tornam-se grandes problemas.....	15
Matéria deixa leitores confusos quanto aos presidentes interinos.....	16
Os fatos pedem maiores esclarecimentos	17
Cobertura da renúncia e sucessão	18
Delegação brasileira bate recorde	19
Verbos no futuro nas reportagens sobre o governo interino	21
Pesquisas com "pílula do câncer"	21
Presidente pegar filho na escola é notícia?.....	22
Participação feminina nas Olimpíadas.....	23
Informação desinformada.....	25

Sistema de Rádios

Os sons das rádios comunitárias.....	26
Linguagem jovem não deve ser caricatural	27
“Ponto de Encontro” e alguns desencontros	29
Presidência da Câmara: cobertura com altos e baixos	31
<i>Brasil Rural</i> - dependência de outros programas.....	33
<i>O Amigo da Madrugada</i> : Programa deve voltar à grade da Nacional.....	35
Na Rádio Nacional, notícias do Brasil diretamente da França.....	36
Cobertura de sequestro: faltou contextualização	37

Ouidoria nos veículos da EBC

Programas da Ouvidoria.....	39
Colunas da Ouvidoria.....	39

Manifestações do público

TV Brasil.....	44
Agência Brasil e Portal EBC.....	46
Sistema de Rádios.....	48

Monitoramento e Gestão da Informação

Mapeamento das demandas	51
Processos pendentes	57
Estatísticas de atendimento	60
Serviço de Informação ao Cidadão - SIC.....	67

Análise de conteúdo

ES Rural: jornalismo ou assessoria de governo?

Um dos aspectos básicos do jornalismo é colocar em pauta o que é de interesse público. Como diz o próprio manual de jornalismo da EBC, o foco deve ser no cidadão. Não é o que faz o ES Rural, veiculado às sextas-feiras na TV Brasil. As reportagens destacam de forma excessiva autoridades políticas, suas realizações e atividades. No dia 1/7, por exemplo, o programa exibiu uma matéria sobre a inauguração de uma fábrica de MDF no Espírito Santo. A reportagem mostrou apenas a cerimônia e entrevistou representantes do governo do Estado, da prefeitura e da empresa.

O tratamento oficialista é perceptível na abordagem dos entrevistados. O prefeito de Pinheiros, local onde a fábrica foi instalada, falou por um minuto e 20 segundos. Já a sonora do governador do Espírito Santo, Paulo Artung, teve quase dois minutos e 20 segundos de duração. O discurso de ambos foi basicamente exaltar o empreendimento. Nada de relevante para o debate público foi mencionado.

Percebe-se no programa a intenção em apresentar de maneira positiva as iniciativas do governo e de empresários capixabas. Um exemplo disso foi a reportagem exibida no dia 8/7 sobre cooperativismo. A cabeça da reportagem foi a seguinte: “O cooperativismo capixaba tem ganhado destaque em todo o Brasil devido aos resultados apresentados. Isso despertou a atenção de um grupo da Alemanha que veio até aqui trocar experiências e também melhorar a gestão das cooperativas do Espírito Santo”. Não há uma comprovação que sustente o argumento de que “o cooperativismo capixaba tem ganhado destaque”. Se há algo de positivo nesse modelo de negócio no Estado, o texto não mostra.

A falta de imagens para cobrir as informações que são apresentadas leva a crer que a reportagem foi feita de forma improvisada e sem os devidos cuidados de produção. A primeira imagem da matéria é um almoço entre representantes do governo estadual e a comitiva da Alemanha. O almoço não é sequer um evento oficial, mas uma refeição informal em um restaurante. As imagens das palestras dos alemães foram exibidas rapidamente apenas em fotos. Não ficou claro também o que o tal programa propõe – cursos, oficinas, seminários, mudanças administrativas.

Ouvidoria analisa o programa *Conhecendo Museus*

O programa “Conhecendo Museus” está na sua quarta temporada, com episódios novos e novo horário na grade da TV Brasil. Desde o mês de junho o programa, que dura meia-hora, é transmitido aos domingos às 11h30 ou 12h00 e os novos episódios têm uma particularidade: os museus retratados são todos dedicados a personagens de destaque na história da cultura brasileira.

Os museus apresentados até agora nesta temporada são locais onde o público tem a oportunidade de saber mais sobre a vida e obra de Luiz Gonzaga, Graciliano Ramos, Edson Arantes do Nascimento (Pelé), Clara Nunes e, no episódio que foi ao ar neste domingo (3/7), o ator e cineasta Amâncio Mazzaropi. O programa, que é uma coprodução entre a EBC, a Fundação José de Paiva Netto (FJPN), o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram/MinC) e a TV Escola – Ministério da Educação (MEC), tem os jovens como público-alvo, mas as informações e o formato são atraentes também para os adultos que o assistem.

Em 2014, como parte da pesquisa que realizou sobre a programação da TV Brasil, o Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) fez uma avaliação baseada em oito episódios da terceira temporada de “Conhecendo Museus”. O resultado foi muito positivo. Nas “Considerações Finais”, consta que o programa “além de possuir boa qualidade técnica, também proporciona aos telespectadores conteúdos aprofundados, através de uma linguagem simples que pode ser compreendida por diferentes faixas etária”. Pelo que foi visto no episódio deste domingo sobre o Museu Mazzaropi, em Taubaté/SP, a nova temporada não foge à regra.

Além disso, a maioria das falhas técnicas pontuais observadas pela equipe da UFRGS em alguns episódios – movimentos trêmulos da câmara, cortes abruptos e a falta de GC – não foi repetida e outra falha apontada – a repetição de imagens – não prejudicou o conteúdo.

O que fez falta foi uma chamada no intervalo do programa para outro produto oferecido pela TV Brasil: o Festival Mazzaropi. Para o público jovem, que o narrador do episódio reconhece que não deve estar familiarizado com os filmes do Mazzaropi, teria sido oportuno valorizar a sinergia que existe na grade da emissora.

Jornal sem áudio e paginação confusa

A edição do Repórter Brasil Tarde, edição de 5/7, começou sem áudio e ficou assim por 1'11" (um minuto e onze segundos), durante toda a escalada até depois da vinheta, com a apresentadora gesticulando como se, aparentemente, não soubesse da falha. Do estúdio, ouviram-se conversas entre os técnicos, em alguns momentos dando a impressão de que também não se davam conta de que não havia áudio na transmissão. Além do ruído que vinha de um equipamento, ouvia-se o som de virar páginas, conversas, mas nada que se referisse ao problema ou à tentativa de solucioná-lo. Somente depois da vinheta que roda após a escalada é que o áudio voltou ao normal.

A primeira matéria foi sobre a Olimpíada. O texto longo, que a apresentadora resolveu com narração adequada, começa de forma burocrática, sem informação relevante para abrir uma matéria: “Daqui a um mês, no dia 5 de agosto, o Rio de Janeiro vai receber a cerimônia de abertura da Olimpíada”. Em seguida, o texto traz uma chamada para o que será mostrado “no Repórter Brasil de hoje” – qual? O da noite, já que ambos têm o mesmo nome? Ou o daquela edição que estava em curso? A chamada foi longa, afastando o telespectador do principal da notícia, o gancho que justificava a matéria, e que veio apenas no final do texto: “vamos direto ao parque olímpico na Barra da Tijuca falar com o repórter Paulo Garritano, porque tem novidade por lá, numa área crítica para o sucesso dos jogos: a segurança.”

Na véspera (4/7) o prefeito do Rio, Eduardo Paes, havia feito uma crítica que teve grande repercussão na mídia, ao dizer que o “estado está fazendo um trabalho terrível na área de segurança”. No jargão jornalístico, é a clássica situação de colocar o *lead* no pé da matéria.

O repórter, então, fala do esquema de segurança montado para os Jogos Olímpicos, como se não fosse se referir à situação denunciada pelo prefeito e que, obviamente, era o que mais interessava naquele relato. Ao final da reportagem, o assunto é citado de modo ligeiro, para chamar a reportagem seguinte:

“A segurança dos Jogos Olímpicos é um tema que preocupa e ganhou destaque até na imprensa internacional. Acompanhe agora a reportagem de Flávia Grossi.”

A repórter traz a repercussão das declarações do prefeito no site da rede americana de notícias CNN, conta sobre a entrevista que o prefeito concedeu à emissora americana e descreve a repercussão, nesse mesmo site, dos protestos de policiais e bombeiros do estado. Logo após, com imagens do prefeito com a repórter da CNN, o texto encaminha para, mais uma vez, ser mostrado o esquema de segurança, o que já havia sido tratado na matéria do repórter que veio antes. Não houve referência, em nenhum momento, aos riscos que podem estar envolvidos na situação denunciada pelo prefeito, às prováveis soluções, às justificativas e decisões afirmadas pelas autoridades responsáveis. Ao contrário, as reportagens apenas anunciavam os detalhes de um esquema grandioso e infalível, como se disputassem com as reportagens da véspera, tentando colocar panos quentes nas más notícias. Tanto nas reportagens quanto na edição das matérias no bloco, faltou conversar com e sobre aquilo que estava já no conhecimento e no interesse do público.

O texto de abertura (cabeça) da reportagem sobre a tragédia de Mariana, que completava oito meses na data, tinha um erro de concordância: “**As consequências** da maior tragédia ambiental do país **afetou** em cheio uma cidade do Espírito Santo.”

Além do erro de concordância, no caso de uma tragédia que varreu do mapa uma cidade, deixando mortos e desabrigados, a reportagem fica a dever à gravidade do acontecimento ao apenas dizer que as consequências da maior tragédia ambiental **afetaram** em cheio uma cidade (causando desemprego).

Na passagem para o segundo bloco, a entonação da apresentadora causou um pequeno inconveniente ao texto, o que, na edição em análise, também ocorreu em leitura de textos em off. Como se não houvesse uma vírgula, o texto acabou dizendo que a comissão do impeachment iria ouvir, depois do intervalo do jornal, os autores da perícia sobre as pedaladas e os decretos da presidenta afastada Dilma Rousseff: “Depois do intervalo, a comissão de impeachment ouve hoje os autores a perícia...”. O ideal seria que o “depois do intervalo” viesse ao final do texto. A leitura marcando um pouco mais as pausas em vírgulas também resolveria o problema.

Esta edição do Repórter Brasil também evidenciou outros aspectos que merecem atenção: no estúdio, o enquadramento da apresentadora, que ao ficar de pé acaba dando as costas para o público, embora o imprevisto da colocação da bancada e do telão não deixe muita opção. Também é importante que se providencie sessões de fonoaudiologia para repórteres, principalmente iniciantes, que fazem matérias corretas mas que são prejudicadas pela dicção e modo de narração.

Expedições: Um novo formato

O programa "Expedições", transmitido às terças-feiras, às 19h30, com reprise aos sábados, às 16h00, integra a grade da TV Brasil desde agosto de 2008. A série, que sua criadora, Paula Saldanha, classifica como jornalismo ambiental, foi lançada em 1995 e, com passagens pela TV Manchete, TV Educativa e TV Cultura, iniciou a sua 20ª temporada em dezembro de 2015.

Desde 2014, segundo o filho de Paula, Lucas Saldanha Werneck, que atualmente dirige o programa, foi introduzido um novo formato, "unindo influências do jornalismo, do documentário e um pouco de *reality*, guiando o telespectador ao longo das descobertas de cada episódio". Neste formato três apresentadores jovens viajam em busca de aventuras

Os dois últimos episódios do programa foram vistos com o objetivo de se analisar como o novo formato funciona e descobrir as vantagens e desvantagens que as mudanças trazem ao programa. Alguns aspectos técnicos foram observados a partir desta perspectiva. Os dois episódios foram "Conheça o Parque Estadual de Itaúnas" (6/7) e "Parque Estadual de Ibitipoca" (12/7).

Na página do Facebook do programa, a produtora categoriza a série como do gênero "doc-reality", um termo sujeito a várias interpretações. Na versão mais radical, isto indicaria um formato só de registros, sem roteiro predeterminado, sem apresentador e sem cortes. Na prática do programa, no entanto, o que se nota é que há um roteiro, embora seja montado principalmente na pós-produção; há apresentadores, que participam ao mesmo tempo como protagonistas e delegam uma boa parte da narração aos entrevistados; e há cortes, embora feitos de um modo que, em comparação com o formato documentário jornalístico convencional para televisão, o público acompanhe mais a experiência dos documentaristas nos passos das aventuras e nos processos de filmagem. Além disso, a beleza estética das tomadas e o primor técnico na montagem das sequências, que eram marcas do programa no formato anterior, embora não estejam totalmente ausentes, ocupam um lugar de menos destaque.

Com exceção de algumas tomadas, os elementos de *reality* que diferenciam o novo formato têm mais a ver com a multiplicidade de realidades sobrepostas em cada episódio e com as técnicas cinematográficas e narrativas utilizadas na costura destas realidades do que com as técnicas despojadas que costumam ser identificadas com algumas variantes do formato *reality* – cortes rápidos, movimentos acelerados, acenos dirigidos aos telespectadores e linguagem coloquial, por exemplo, que, quando ocorrem, chamam mais atenção. As realidades demonstradas abrangem as atividades não apenas dos apresentadores nas suas aventuras e no seu trabalho de documentação, mas também dos gestores e pesquisadores envolvidos no trabalho de descoberta científica, preservação ambiental e manejo do turismo nestes locais.

A realidade das populações locais, por outro lado, parece ser mais arreada a este formato. Ou são moradores locais empregados em atividades ligadas à pesquisa, conservação ou turismo ou são presenças anônimas captadas em planos rápidos dos cenários ou nos comentários dos entrevistados sobre seus esforços para engajar as comunidades nos projetos de conservação. A única exceção é no episódio sobre o Parque Estadual de Itaúnas, quando um pescador artesanal, que é também ajudante de campo do parque, comenta as dificuldades que as regras de conservação criaram para os pescadores da comunidade.

As características técnicas do formato ficaram mais evidentes nos dois episódios sobre parques estaduais. No episódio sobre o Parque Estadual de Ibitipoca, na Serra da Mantiqueira, em Minas Gerais, sete pessoas foram entrevistadas: o gerente do parque, uma doutorando em ecologia, um professor de geologia, um guia de turismo, um espeleólogo/engenheiro, um estudante de engenharia geológica e um analista ambiental. No episódio sobre o Parque Estadual de Itaúnas, no litoral norte do Espírito Santo, quase no limite com a Bahia, foram 11 entrevistados: um técnico em meio ambiente, um biólogo, um professor de biologia, uma pesquisadora em zoologia, um guia de pesquisa, o coordenador de estudos ambientais de uma Ong, um técnico de campo da mesma Ong, um pescador/ajudante de campo do parque, um professor/ornitólogo, um ecólogo/ornitólogo e um professor de ecologia. Nos dois episódios, cada um com 25 a 26 minutos de duração, as falas dos entrevistados ocuparam 16,5 a 17,5 minutos, ou seja, dois terços do tempo.

É interessante observar também a variedade de formas nas quais as falas foram incorporadas na edição das imagens. Há tomadas de entrevistas convencionais, porém na forma de depoimentos, pois em quase todas não há apresentador fazendo perguntas. Muitas vezes a voz do entrevistado aparece em off. As tomadas dos entrevistados são frequentemente intercaladas com tomadas que ilustram os fenômenos que eles descrevem. Assim, os trechos são curtos, evitando o tédio. Em algumas sequências os documentaristas aparecem nas paisagens. Em outras aparecem cenas de pesquisas, com falas ao vivo dos participantes ou falas dos entrevistados em off. Muitas falas se emendam, em alguns casos reforçando a ideia da colaboração que existe entre vários profissionais nos projetos e pesquisas.

As notícias sobre a renúncia de Eduardo Cunha

O Notícia Agora, boletim informativo da TV Brasil, mostrou de forma ligeira a renúncia de Eduardo Cunha à presidência da Câmara dos Deputados, no dia 7/7. Às 15h, o noticiário informou que o deputado acabara de anunciar que iria deixar a direção da Câmara e mostrou rapidamente um trecho da coletiva em que Cunha fez o anúncio. O momento em que o deputado chorou durante o anúncio não foi exibido no Notícia Agora.

Nas edições seguintes, o Notícia Agora voltou a mencionar a renúncia de Eduardo Cunha. Porém, as informações foram resumidas e não houve a recapitulação do que acabara de acontecer. Às 17h, por exemplo, uma nota informou sobre o início das articulações para a sucessão de Cunha na presidência da Câmara: "Na Câmara, as articulações já são intensas para substituir Eduardo Cunha na presidência da casa. Pelo menos 12 deputados da base aliada estão pedindo votos. A eleição deve acontecer na próxima quarta-feira e será preciso o voto da maioria absoluta dos parlamentares presentes em plenário para eleger o novo presidente". Para o telespectador que não viu os boletins anteriores ou não tinha informações atualizadas sobre o assunto, a notícia gera mais dúvidas do que informa.

No Fique Ligado, a principal notícia do dia foi tratada como fato quase que incidental e sem relevância. A informação sobre a renúncia de Cunha apareceu em uma nota lida por uma jornalista de Brasília, durante a chamada das notícias que seriam exibidas logo em seguida no telejornal Repórter Brasil.

No Repórter Brasil, as informações foram mais completas. A reportagem exibiu o anúncio do deputado com o trecho em que ele chorou. Houve ainda a repercussão entre deputados que são contra e a favor de Cunha. Por fim, uma nota coberta ainda mostrou a carreira política de Cunha até a decisão de sair da presidência da Câmara.

A eleição do novo presidente da Câmara

Com a renúncia de Eduardo Cunha ao cargo de presidente da Câmara dos Deputados, uma nova eleição foi realizada no dia 13/7. Durante o boletim informativo Notícia Agora, uma repórter entrou ao vivo da Câmara. Ela mostrou como estava a mobilização dos candidatos e explicou, entre outros aspectos, como seria o processo para definição do presidente. Houve um equívoco ao informar o número de votos necessários para uma possível definição no primeiro turno. O regimento da Câmara estipula que é preciso a maioria simples dos deputados presentes, mas foi informado no Notícia Agora e no Fique Ligado que seriam necessários 257 votos.

No Fique Ligado, às 20h, o assunto foi tratado como um fato comum, como aconteceu quando o deputado Eduardo Cunha renunciou ao mandato alguns dias antes. Apesar da relevância para o cenário político nacional, as duas notícias apareceram como parte da chamada do telejornal Repórter Brasil quase como fatos corriqueiros.

O Repórter Brasil Noite também trouxe informações ao vivo do plenário da Câmara. Após o telejornal, como a votação não havia terminado, foram ao ar três plantões durante a programação com o repórter que acompanhava o desenrolar da eleição no plenário. Por volta da meia-noite, o jornalista informou que Rodrigo Maia foi escolhido como novo presidente.

Apesar de fragilidades pontuais da cobertura, as informações foram claras e bem explicativas sobre o que ocorreu dentro do plenário. De forma geral, o relato das duas equipes de reportagem que participaram das entradas ao vivo foi preciso. Não houve qualquer abordagem que sugerisse um direcionamento político.

Onde estão as notícias do programa *Notícias do Campo*?

O programa Notícias do Campo é exibido todas as quintas-feiras, das 8h00 às 8h30, pela TV Brasil, desde abril de 2014. Não é esclarecido por que o programa entra em rede nacional se a própria abertura informa tratar-se de "informativo semanal do agronegócio da região Noroeste paulista". A produção é da Fundação Rádio Educacional de Votuporanga, com a colaboração de alunos do curso de Jornalismo do Centro Universitário dessa mesma cidade do interior paulista.

O programa apresenta vários quadros que não têm qualquer relação com o tema do título. Um deles é o Toca Viola, que destaca a apresentação de música sertaneja combinada com entrevista com os músicos. Nessa edição, apresentou-se a dupla Thomaz & Rafael. Na primeira música, o cantor se dirige ao "Seu polícia", dizendo que se separou recentemente e que os vizinhos estão reclamando do volume do seu som. E segue a letra: "Mas enquanto ela não voltar / Eu vou continuar / Me afogando no álcool". E encerra dizendo (ao policial) pra mandar a multa que ele vai pagar. Recado: havendo 'justificativa' e pagando a multa, pode transgredir à vontade. Ou seja, estão muito distantes daquilo que se deve esperar de uma emissora pública.

A outra música, "Telefone Mudo", é tão inconveniente quanto a anterior, pelo menos no tratamento dispensado à língua portuguesa: "Porque já estou cansado / De ser o remédio / Pra curar seu tédio / Quando seus amores não lhe *satisfaz*". Outra questão: na escalada do programa, foi selecionado o trecho de uma música que acabou não entrando na edição final. Talvez tenha sido melhor. Letra do trecho destacado: "Desse jeito eu vou pirar / Ah, eu vou pira-a-a-a-a-ar"

No quadro Receita da Semana, um cozinheiro ensina a preparar o 'delicioso' enroladinho de berinjela. Na lista de ingredientes, chamam a atenção as incompatibilidades com o idioma. A coisa é ainda mais grave porque a lista entra no começo do quadro e também no encerramento, duplicando os equívocos. Estão lá registrados...

- 1 **masso** de cheiro verde
- 1 gomo de linguiça **calabreza**
- Limão **à** gosto

Outro quadro que não tem relação alguma com Notícias do Campo – pelo menos nessa edição – é o Dica Animal. Nele, um médico veterinário explica os cuidados que se deve ter para evitar o stress nos animais domésticos. Geralmente os criados nas cidades, em locais fechados. Porque na zona rural, esses animais são criados soltos, em liberdade. Ou seja, também não é notícia do ou para o campo.

Normalmente, quadros como esses têm o objetivo de arejar, de dar leveza aos programas. Acontece que, no caso do Notícias do Campo, esses quadros ocupam praticamente 2/3 do tempo, tornando secundário o que deveria ser o tema principal do programa. Com meia hora de duração, o programa do dia 21/7, por exemplo, teve 7:50" (7 minutos e 50 segundos) dedicados ao quadro Toca Viola, 8:00" ao Receita da Semana e 2:30" reservados ao quadro Dica Animal. Ao tempo somado desses quadros, que é de 18:20", acrescenta-se 3:30" de intervalo, o que totaliza 21:50". Dos 30 minutos do programa, portanto, sobraram para as Notícias do Campo propriamente, exíguos 7:10".

E como foi a veiculação de reportagens sobre os negócios do campo: Uma delas foi com o proprietário de um seringal (uma atividade muito específica), que estava aplicando um método que aumentava a produtividade em 20%. A outra Notícia do Campo, apresentava dados surpreendentes sobre as exportações brasileiras de frango, que havia crescido 4,1% em junho comparado com o mesmo mês de 2015. Os dados são da ABPA – Associação Brasileira de Proteína Animal – que fornece dados ainda melhores, principalmente considerando-se o momento de crise econômica mundial. O desempenho de todo o primeiro semestre deste ano, comparado com o do ano passado, foi 13,86% maior.

Esses dados seriam muito importantes e de interesse do setor agropecuário e principalmente do exportador. Acontece que todas essas informações foram divulgadas pela ABPA no dia 4/7, ou seja, 17 dias antes de o programa ser exibido. Para verificar, basta acessar a página da entidade.

É o caso de se perguntar: como é que a TV Brasil exhibe um programa com tantas impropriedades e tão distante dos parâmetros da comunicação pública?

Programa Reencontro

A Ouvidoria vem registrando, desde o mês de abril, a veiculação de propaganda político-eleitoral no programa evangélico Reencontro. Esse uso constitui um desvio de finalidade. O objetivo da EBC, ao ceder espaço para este tipo de programa, é respeitar a liberdade religiosa, a diversidade de crenças. A análise a seguir é do mês de junho, mas quando ficou pronta, o relatório desse mês já tinha sido fechado. Por essa razão, estamos publicando, excepcionalmente, neste relatório de julho.

A pregação política no programa evangélico Reencontro

O programa Reencontro entrevistou o senador Marcelo Crivella no último dia 25/6. Como aconteceu em outras ocasiões, o debate religioso foi colocado em segundo plano para que o programa abordasse a política. Ficou evidente na entrevista o interesse dos responsáveis em usar o programa como plataforma para apoiar representantes da comunidade evangélica nas próximas eleições. Durante a conversa, o apresentador fez a seguinte pergunta ao senador: “O senhor é pré-candidato a prefeito do Rio de Janeiro. Pela primeira vez, nós vamos ter realmente um candidato evangélico. Falam muito sobre candidatos evangélicos (...) Eu estou vendo que nós estamos caminhando, e que o senhor está caminhando; e Deus é muito bom, porque ele tirou o senhor do olho do furacão, do Estado, e está dando a prefeitura do Rio de Janeiro. O que o senhor acha disso, nesse contexto atual, dessas possibilidades do senhor ser o nosso prefeito?”. Ao final da conversa, o apresentador se despede do senador com uma frase que reafirma essa relação: “obrigado, senador. Estamos juntos”.

[Assista ao vídeo da entrevista](#)

25/6/2016



Jornalismo investigativo é sobretudo relacionar fatos

No dia 1º de julho, a Agência Brasil publicou uma matéria com o título “STJ suspende acordo entre governo e Samarco”, sobre uma decisão judicial divulgada em nota publicada no site do Superior Tribunal de Justiça (STJ), naquele mesmo dia. O *lead* da matéria informa que o acordo, citado no título, se refere ao que foi firmado entre órgãos públicos e as empresas Samarco, Vale e BHP Billiton para a recuperação ambiental da área atingida pelo rompimento da barragem em Mariana/MG e que a suspensão do acordo foi provocado por um pedido do Ministério Público Federal (MPF).

No parágrafo seguinte há mais informações sobre o acordo. Data da assinatura: início de maio deste ano; prazo: 15 anos; e a instrumentalidade que seria criada para executar as medidas contempladas: uma fundação. Faltou mencionar o valor: R\$ 20 bilhões.

Os dois parágrafos seguintes focaram a decisão da ministra do STJ que julgou o processo. A primeira e principal justificativa citada se baseia em questões técnicas de competência jurídica. Sem identificar o tribunal responsável pela homologação do acordo, a reportagem constatou que a homologação desrespeitou uma decisão anterior do STJ, que determinou que a 12ª Vara da Justiça Federal de Minas Gerais (cuja localização na capital, Belo Horizonte, também foi omitida na matéria) fosse a instância que deveria julgar os processos envolvendo a Samarco.

A outra justificativa apresentada pela juíza apontou a necessidade de promover “debates mais amplos sobre a tragédia”, acrescentando que “o indicado são audiências públicas com a participação de cidadãos, da sociedade civil organizada, da comunidade científica e de representantes locais”.

Nos quatro parágrafos finais da matéria, a decisão de suspender o acordo foi repercutida com assessores jurídicos dos governos estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo e com a Samarco, que se manifestou através de uma nota.

Embora o fato principal tenha sido uma decisão jurídica baseada, principalmente, em questões técnicas de jurisdição, a reportagem foi excessivamente sucinta no que diz respeito à ação que motivou a decisão, apenas identificando o Ministério Público Federal – MPF – como o autor. Uma contextualização mais adequada do assunto teria apresentado informações sobre as razões que levaram o MPF a questionar o acordo – não somente aquelas destacadas pela juíza no seu parecer – e sobre a história das dissidências, não apenas do MPF, mas também dos Ministérios Públicos estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo, surgidas durante as discussões sobre a reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem em Mariana.

Os elementos para esta contextualização estão disponíveis na cobertura feita pela própria Agência Brasil. Os conteúdos de várias matérias – tais como “MPF é contra homologação de

acordo entre Samarco e governos estaduais” (3/3), “Justiça homologa acordo de R\$ 20 bi para reparação de desastre da Samarco” (5/5) e “Atingidos pelo desastre em Mariana querem participação no acordo com a Samarco” (25/5) – poderiam ter sido aproveitados ou, pelo menos, sinalizados através de links ou um “Saiba mais”. Neles os leitores seriam lembrados de que, entre outros pontos de divergência, os Ministérios Públicos discordam do valor do acordo e do mecanismo de nomeação dos gestores da fundação que será responsável pela implementação e que, a partir de um determinado momento, os Ministérios Públicos pararam de frequentar as reuniões onde o acordo estava sendo acertado.

Há ainda outro ponto de divergência abordado nessas matérias que convém destacar: para os Ministérios Públicos, os governos federal e estaduais também foram responsáveis pelo que aconteceu em Mariana e nos outros locais afetados. Segundo essas matérias, “o acordo também não cita, em nenhum momento, a responsabilidade solidária do Poder Público. Segundo o procurador, havendo danos ambientais, ainda que um empreendedor particular seja responsável direto, prevalece nos tribunais o entendimento de que o Poder Público é corresponsável por não ter tomado medidas para impedir a situação” e que o ocorrido “É a soma da negligência do Estado brasileiro e da ganância da Samarco, da Vale e da BHP Billiton”.

Quando a pauta resolveu complementar a notícia, só repercutindo o fato com os representantes dos dois governos estaduais e da empresa, foi um pouco parecido como contar a história do roubo das galinhas somente da perspectiva da família das raposas.

Pequenos erros colecionados tornam-se grandes problemas

Não é de hoje que a Ouvidoria, em mediação das reclamações dos leitores ou por iniciativa própria, chama a atenção para a importância de um cuidado maior na revisão e na edição dos textos publicados pela Agência Brasil. Muitas vezes, as falhas decorrem de lapsos de atenção, que deixam de reparar erros simples e, em muitos casos, sem maiores consequências, tais como erros de grafia e cifras invertidas, cuja presença é, até certo ponto, inevitável diante do grande volume de texto produzido, mas que poderia ter sua frequência reduzida. Às vezes, porém, os erros colocam em dúvida o domínio do idioma e nestes casos, na avaliação dos leitores mais atentos e exigentes, os erros desabonam a qualidade dos produtos do veículo. O mesmo julgamento pode ser aplicado quando as falhas distorcem o sentido ou dificultam a compreensão das falas das pessoas entrevistadas nas matérias, mesmo que a origem da falha seja o próprio entrevistado, o que nem sempre é o caso.

Uma matéria com o título “[Grupos bolivianos desfilam na Avenida Paulista como parte do Fórum de Migrações](#)”, publicada no domingo, dia 3/7, exibiu os dois tipos de erros considerados mais desabonadores. O evento noticiado foi uma apresentação de grupos de danças folclóricas bolivianas em preparação para o Fórum Social Mundial das Migrações, que ia ser realizado na capital paulista naquela semana. A reportagem destacou o esforço dos imigrantes no Brasil para a sociedade valorizar suas contribuições.

O primeiro erro apareceu no segundo parágrafo, sobre a agenda do Fórum. Segundo a matéria: “As discussões serão organizadas em torno de eixos como mudanças climáticas, questões de

gênero, trabalho descente e moradia". A palavra "descente" existe no português. Quando usada como adjetivo, ela significa "que se dirige para baixo, que desce, cadente", na definição que consta no Dicionário Houaiss. É evidente, então, que não é este tipo de trabalho que os imigrantes procuram. O que eles desejam é "trabalho decente", que, de acordo com o mesmo dicionário, equivale ao trabalho "justo, correto, decoroso, modesto, honrado, honesto".

O segundo erro se encontra no penúltimo parágrafo da matéria, em uma entrevista com uma das participantes do desfile: "Essa [dar visibilidade às comunidades migrantes que vivem na capital paulista] foi uma das motivações da enfermeira Patrícia Gonzales [brasileira, filha de bolivianos] ao participar das apresentações de danças típicas. '(...) o brasileiro às vezes tem um conceito muito fechado do boliviano. Acho que só trabalha em costura. (...)'" "Acho", não. A flexão verbal correta é "acha", já que a entrevistada não estava expressando sua própria visão; estava se referindo à visão preconceituosa que o "brasileiro" às vezes tem, na sua opinião. Isto, independentemente do erro ter sido dela – que é pouco provável, dada a competência linguística dela no resto da entrevista – ou da reportagem.

Matéria deixa leitores confusos quanto aos presidentes interinos

As anomalias que pontuam a atual conjuntura política do Brasil, com os titulares de dois dos cargos mais importantes do governo – as presidências da República e da Câmara dos Deputados – sendo afastados e substituídos por interinos, não complicam apenas a vida da classe política do país. A situação coloca armadilhas também para os profissionais da imprensa, principalmente quando os caminhos de presidentes afastados e interinos se cruzam.

Na terça-feira (5/7) a Agência Brasil publicou uma matéria com o título "[Waldir Maranhão pede indicação de nomes para comissão do impeachment de Temer](#)". A notícia se refere ao redespertar de um assunto que andava adormecido: a cassação do atual presidente interino da República por ter cometido, na condição de vice-presidente, alguns dos mesmos crimes de responsabilidade pelas quais a presidenta afastada, Dilma Rousseff, está sendo julgada. Quem recolocou o assunto em pauta foi o atual presidente interino da Câmara, em resposta a um deputado que questionou o fato de a comissão do impeachment de Michel Temer não ter sido instalada. Essa retrospectiva básica dos fatos deveria constar do *lead*, logo no primeiro parágrafo, porque o assunto poderá não estar tão fresco na memória do leitor. Mas foi deixado para mais adiante, no quarto parágrafo, e ainda assim não informou adequadamente. Ao contrário, embolou o meio de campo.

De acordo com o texto da reportagem, lê-se no quarto parágrafo: "No dia 4 de abril, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio determinou à presidência da Câmara, então ocupada pelo deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que aceitasse denúncia contra Temer e criasse uma comissão especial para analisar pedido do presidente interino, em razão das chamadas pedaladas fiscais, apresentado pelo advogado Mariel Marley Marra".

"Marco Aurélio", sem o Mello, soa um pouco estranho em reportagem. Mas vá lá. "Pedido do presidente interino"? Qual deles: o da República, Michel Temer, ou o da Câmara, Waldir Maranhão? Na realidade, nenhum dos dois. E o pedido, foi de quê? Não ficou nada claro. Faltou o complemento. O "pedido do presidente interino" deveria ser entendido como o "pedido de

cassar o mandato do então vice-presidente, atual presidente interino”, pedido este apresentado pelo advogado mineiro Mariel Marley Marra, primeiro à Mesa da Câmara dos Deputados, em dezembro de 2015, depois de ser rejeitado em janeiro pelo então presidente, agora presidente afastado da Casa, Eduardo Cunha, ao STF, no final de março.

A título de fidedignidade, convém também assinalar que os crimes de responsabilidade denunciados pelo advogado mineiro não foram as pedaladas fiscais, senão os decretos de créditos suplementares que foram assinados pelo então vice-presidente da República, como pode ser confirmado em outra matéria da Agência Brasil sobre o assunto - [“Janot pede que Supremo casse liminar que dá continuidade a impeachment de Temer”](#). Temer foi acusado das pedaladas fiscais em outros pedidos de impeachment que não foram acatados.

Os fatos pedem maiores esclarecimentos

Da última semana de junho até o dia 4/7, a cidade de Paraty, no litoral sul fluminense, foi cenário de 14 matérias publicadas pela Agência Brasil, em decorrência da 14ª edição da Festa Literária Internacional (Flip) realizada na cidade. Mas houve outra notícia, publicada em 5/7, que tratou de um evento que ocorreu em Paraty em setembro do ano passado e que afetou a população local de outra maneira.

O título da matéria anunciou: [“Justiça bloqueia bens de envolvidos em acidente que matou 15 em Paraty”](#). Nos dois primeiros parágrafos do texto, a reportagem apresentou os nomes das pessoas envolvidas, identificou as posições que ocupam ou ocupavam na época do acidente e apontou que a finalidade do bloqueio judicial é “para o pagamento de ações na Justiça aos parentes dos 15 mortos” no acidente.

Nos parágrafos seguintes, porém, não houve nenhuma contextualização que fizesse uma ligação direta entre o acidente, os envolvidos e as entidades que eles representam: a prefeitura de Paraty, a empresa de turismo Colitur e o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Barra Mansa (Sindpass). As informações fornecidas abordaram outros aspectos relacionados à liminar judicial que, além do bloqueio dos bens, determinou a suspensão imediata de um contrato envolvendo subvenções tarifárias entre a prefeitura e a Sindpass, que repassava o valor para a Colitur. Esta informação, embora possa ter levado os leitores a desconfiarem de negócios fraudulentos entre as partes, não explicou o que este contrato teria a ver com o acidente que aconteceu havia nove meses.

O parágrafo final da matéria ainda registrou a repercussão da notícia junto à prefeitura, mas a nota que foi divulgada tampouco esclareceu qualquer eventual responsabilidade do município pelo acidente: “a prefeitura reitera ainda que apoia o pagamento de indenizações às vítimas do acidente (...) e que, por iniciativa própria, criou uma comissão de investigação específica para acompanhar a investigação das causas do acidente e acelerar o encaminhamento das indenizações devidas pela empresa”.

Na época do acidente, a Agência Brasil fez uma ampla cobertura, publicando 14 matérias. Em pelo menos três delas foi sinalizada a existência de possíveis irregularidades na escalação dos ônibus da Colitur, que é a única empresa de transporte público no município de Paraty, na fis-

calização exercida pela prefeitura, no cumprimento de um termo de ajustamento de conduta assinada em 2014 e na continuação do serviço, apesar da não renovação do contrato. Estas informações, embora incompletas, teriam dado pelo menos algumas indicações para os leitores entenderem porque seis das nove pessoas cujos bens foram bloqueados são gestores municipais, atuais ou na época do acidente. Na ausência de referências no texto ou um “Saiba mais” que dirigisse a atenção dos leitores aos links destes conteúdos, as ligações ficaram por conta das ilações, possivelmente sustentadas meramente nos sinais de improbidade insinuados na decisão judicial.

Cobertura da renúncia e sucessão

A Agência Brasil fez uma cobertura adequada da renúncia de Eduardo Cunha ao cargo de presidente da Câmara dos Deputados, das repercussões em relação às suas chances de perder ou conservar seu mandato na Casa e da escolha do seu sucessor. Nas cerca de 60 matérias publicadas desde que a renúncia foi anunciada, até a conclusão da votação na madrugada de 14/7, foram registradas as decisões adotadas pela Câmara em função da renúncia e da sucessão e as deliberações realizadas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no julgamento de um recurso interposto por Cunha ao processo de cassação do seu mandato.

Além dos parlamentares, que ocuparam a maioria dos espaços na cobertura, representantes dos Poder Executivo – o presidente e os ministros da Justiça, da Casa Civil e da Secretaria do governo – foram ouvidos em sete matérias. Em seis delas, a linha dominante no discurso era de que o governo interino não tinha preferências entre os candidatos e não pretendia interferir na disputa, embora trabalhasse para que houvesse uma redução no número de candidatos e uma união em torno de um único nome entre os partidos que constituem sua base aliada. No entanto, na sétima matéria, publicada logo depois da conclusão do primeiro turno da votação, houve sinais claros de que a atuação do Executivo não tinha sido tão neutra quanto transparecia nas matérias anteriores.

Nessa última matéria, registrou-se não apenas o alívio que o governo sentia com a eliminação de um dos candidatos, Marcelo Castro (PMDB), do segundo turno da eleição, mas sua preferência por Rodrigo Maia (DEM) sobre Rogério Rosso (PSD) entre os dois que restaram. De acordo com a matéria, “a partir de agora o sucessor [de Cunha] pode ser tanto um quanto outro, embora a preferência continue sendo pelo parlamentar do DEM, pois Rosso pertence ao chamado Centrão”. E talvez o mais interessante de tudo, para os leitores acostumados aos procedimentos usuais do veículo, a fonte das informações neste caso foi anônima: “Na visão de um interlocutor do presidente interino, Michel Temer, (...)”.

Em relação às fontes anônimas, o Manual de Jornalismo da EBC dá a seguinte orientação, na página 44: “O jornalismo da EBC publica informações de fontes identificadas. Em situações excepcionais, pode utilizar o recurso do off the record (informação divulgada sem identificação da fonte), em casos que se justifiquem pela relevância, pela impossibilidade de se publicar a informação por outros meios e por razões de segurança”.

Especialistas foram consultados em apenas uma matéria, que abordou as vantagens da renúncia de Cunha em termos das perspectivas do governo Temer no período interino. E, mais ainda, no caso de eventual afastamento definitivo da presidenta Dilma.

Houve erros na cobertura sobre as regras da votação para a escolha do novo presidente. Os erros não ocorreram em todas as matérias, mas a cronologia acusa a falta de um processo de apuração progressiva que reduzisse os erros na medida em que a cobertura se atualizava. O que se observou, ao contrário, foi um padrão aleatório.

No que diz respeito ao primeiro turno, duas matérias publicadas em 11/7 e uma publicada de manhã cedo no dia da votação, 13/7, disseram que: "Para ser eleito, o deputado precisará da maioria absoluta: 257 votos". Qualquer cidadão que estivesse acompanhando o processo eleitoral sabia que não era esse o critério. A única matéria que transmitiu a informação correta saiu por volta de meio-dia no dia da votação: "Para se tornar o presidente da Câmara em primeiro turno é preciso obter a maioria absoluta dos votos dos deputados que registrarem presença na sessão". Em duas matérias publicadas mais tarde no mesmo dia, inclusive uma às 21h25, exatamente na hora em que a votação estava começando, o erro foi inexplicavelmente repetido.

Em relação ao segundo turno, houve uma informação incompleta que a tornou incorreta. Em duas matérias publicadas no dia 12/7, informou-se que: "Em um eventual segundo turno, a disputa será decidida obedecendo aos seguintes critérios: maior número de mandatos e parlamentar mais idoso". A informação adequada apareceu em uma matéria publicada no dia anterior: "Em caso de empate, tanto no primeiro quanto em um eventual segundo turno, a disputa será desempatada obedecendo respectivamente aos seguintes critérios: maior número de mandatos e parlamentar mais idoso".

Delegação brasileira bate recorde

Com a aproximação da Olimpíada, cresce o interesse do público em relação às chances de sucesso dos(as) atletas brasileiros(as) nos Jogos Rio 2016. Nos dias 18 e 19/7, a Agência Brasil publicou duas matérias que tocaram em um aspecto deste assunto: o número recorde de atletas que compõem a delegação brasileira nesta edição dos jogos.

De acordo com a reportagem, 465 atletas brasileiro(a)s – 256 homens e 209 mulheres - estarão competindo nos jogos no Rio. Antes disso, a maior delegação do Brasil foi em Pequim em 2008, quando 277 atletas participaram. Claramente, o tamanho da delegação brasileira no Rio é um novo recorde. Mas a que atribuir o aumento?

A título de explicação, uma das matérias citou, no terceiro parágrafo, a afirmação do ex-campeão de vôlei, Bernard Rajzman, atualmente diretor do Comitê Olímpico do Brasil (COB) e chefe da Missão Brasileira nos Jogos Rio 2016, que: "O Time Brasil teve a melhor preparação da história, coroada com o recorde absoluto de integrantes de uma delegação nacional em qualquer edição dos Jogos". Mas será que foi só a preparação?

Muitos estudos do desempenho dos países ao longo da história das Olimpíadas reconhecem que o país-sede goza de várias vantagens, dentre as quais uma das mais importantes é o au-

mento no número de participantes, porque em muitas modalidades seus atletas são dispensados de atingir os índices olímpicos para se qualificarem. Nas duas matérias que focaram o tamanho da delegação brasileira, este fator, que foi responsável pelo grosso do aumento, foi, na melhor das hipóteses, admitido, em lugar de ser reconhecido abertamente.

Na primeira das duas matérias, a informação entrou apenas como um lembrete na frase final do último parágrafo da matéria: “Vale lembrar que o país, por ser sede, tem vaga garantida em todas as modalidades dos jogos de 2016”. Na segunda matéria ela também só apareceu no fim, desta vez como algo que devia ser minimizado: “Por ser país-sede, o Brasil garantiu vagas em algumas modalidades, mas a gerente-geral de planejamento esportivo [do COB], Adriana Behar, destacou que o país cresceu em número de vagas conquistadas por mérito”.

Apontar o tamanho da delegação brasileira como uma conquista é praticamente uma obrigação das autoridades responsáveis pelos jogos e pela delegação. A reportagem, porém, ao invés de contrabalançar este viés, o intensificou com a inclusão de dados irrelevantes ou não devidamente qualificados.

O maior exemplo disso é uma frase na primeira matéria na qual se afirmou que “Modalidades eminentemente coletivas também contribuíram para a quebra desse recorde, com o handebol (28), polo aquático (26) e futebol (36)”. Nos casos do handebol e futebol, não houve na verdade nenhuma contribuição em termos da comparação, pois estes números são idênticos aos das equipes brasileiras que participaram nas Olimpíadas de Pequim em 2008 (e de Londres em 2012). Quanto ao polo aquático, houve, sim, uma contribuição, mas isto se deve exclusivamente à qualificação automática das duas equipes brasileiras: a masculina, que desde 1984 não conseguia uma vaga e a feminina, que desde que o evento foi introduzido nos jogos em 2000, nunca conseguiu entrar no grupo das oito qualificadas para competir. Há também o rugby de sete, que vai ser disputado pela primeira vez nas Olimpíadas. A qualificação automática das equipes brasileiras entre as doze países que vão disputar as medalhas nesta modalidade nas categorias masculina e feminina responde por um aumento de 24 atletas no total brasileiro.

Em muitas modalidades individuais, nas quais a participação brasileira foi pequena nas edições mais recentes dos jogos, é também a garantia das vagas que explica a diferença. Confira alguns exemplos em que o número de atletas brasileiro(a)s nos Jogos Rio 2016 é comparado com o número nos Jogos de Pequim: canoagem (13 contra 2), esgrima (13 contra 2), tiro esportivo e com arco (15 contra 3), levantamento de peso (5 contra 1), luta olímpico e greco-romana (5 contra 1) e nado sincronizado (9 contra 2).

Quando Adriana Behar se referiu ao crescimento das vagas conquistadas por mérito, ela não disse quantas e, aparentemente, ninguém pediu este dado.

Acesse as matérias:

[Com 462 atletas, Brasil competirá com maior delegação da história na Rio 2016](#)

[Rio 2016: delegação brasileira aumenta com mais três classificados na canoagem](#)

Verbos no futuro nas reportagens sobre o governo interino

Quem leu a matéria que a Agência Brasil publicou na terça-feira (20/7) sobre as reformas trabalhistas pretendidas pelo governo interino pode ter se surpreendido ao escutar a versão da mesma notícia que foi transmitida na manhã seguinte no programa "Repórter Brasil" da Rádio Nacional de Brasília AM.

O título da matéria da Agência Brasil foi "[Governo enviará ao Congresso reforma trabalhista até o fim do ano, diz ministro](#)". No *lead*, os leitores foram informados que "o ministro do Trabalho e Previdência Social, Ronaldo Nogueira, disse hoje (20) que o governo do presidente interino Michel Temer vai encaminhar ao Congresso Nacional até o fim deste ano uma proposta de reforma trabalhista e outra para regulamentar a terceirização".

Na [versão radiofônica](#), a reportagem começou com a seguinte observação: "Caso se comprove o impeachment no Senado, o governo vai propor até o final do ano ao Congresso Nacional uma reforma trabalhista e um projeto de terceirização".

Caso se comprove o impeachment no Senado" - foi acrescentada pelo radiojornalista quando a matéria foi gravada. A Ouvidoria constatou que este acréscimo não foi porque o ministro tenha feito esta ressalva quando anunciou a proposta durante um café da manhã com jornalistas. O próprio radiojornalista não tinha incluído esta informação na véspera quando ele apresentou a matéria em participações ao vivo na Rádio Nacional de Brasília FM. A informação só apareceu na versão gravada que foi transmitida no noticiário do dia seguinte.

Por enquanto, o afastamento da Dilma Rousseff do cargo de presidente é provisório e assim continuará até o Senado tomar uma decisão final. Independentemente das possibilidades de ser aprovado o afastamento definitivo ou de ser rejeitado, a oração inserida pelo radiojornalista exprime uma situação real. A informação deixa de ser correta caso não seja usada a condicionante.

Pesquisas com "pílula do câncer"

Em uma reportagem publicada em 21/7, pela Agência Brasil — [Testes da "pílula do câncer" em humanos começam nesta segunda em São Paulo](#) —, foi anunciada a primeira etapa dos testes em seres humanos da substância fosfoetanolamina sintética, a chamada "pílula do câncer". A matéria não tem um "Saiba mais" e o único *link* é de uma matéria publicada em outubro do ano passado, na qual é contada a história da polêmica em torno do assunto. A matéria lincada é boa, porém desatualizada. Desde então o Congresso aprovou uma lei que autorizou a produção e uso da substância e o STF suspendeu a aplicação desta lei. Mais importante de tudo, em termos da abordagem adotada na matéria, não houve nenhuma referência aos resultados das fases dos testes *in vitro* e em animais, resultados estes que já foram divulgados — os *in vitro* em março pela Agência Brasil, os em animais em abril por outros veículos da imprensa, embora não pela Agência. Os resultados de todos estes testes demonstraram que a fosfoetanolamina é ineficaz contra todos os tipos de câncer, embora não seja tóxica. Normalmente, os testes em humanos só são iniciados quando os resultados dos testes nas fases anteriores forem positivos.

Evidentemente, com a "pílula do câncer", trata-se de uma exceção, como em todos os outros aspectos do tratamento dispensado a esta substância, mas a progressão das etapas no processo de testar uma nova droga é um elemento normalmente considerado essencial na contextualização de uma notícia deste tipo. Cabia à reportagem explicar a excepcionalidade neste caso ou, no mínimo, chamar atenção para este aspecto.

Presidente pegar filho na escola é notícia?

Dois leitores da Agência Brasil reclamaram da matéria publicada às 16h13 do dia 26/7, com o título "[Temer muda rotina de escola ao buscar filho no primeiro dia de aula](#)". Ambos consideraram a pauta inadequada. Uma leitora questionou qual seria o interesse da população em saber que o presidente pega o filho na escola. Um leitor manifestou sua indignação dizendo que, ao usar reportagem de uma empresa pública para cobrir a vida pessoal do presidente, a EBC demonstrou falta de respeito em relação ao cidadão e à sua própria missão.

Além destas críticas à adequação da pauta, outra leitora acusou alteração no texto: "A matéria (...) foi editada e não houve a sinalização da edição. Retirou-se o termo "lado mais 'humano' do presidente interino ao buscar o filho na escola. Acessei às 16h15 e o texto era outro". A frase à qual ela se refere aparecia no *lead* da matéria, que na versão original teria sido "Em uma tentativa de mostrar seu lado "humano", o presidente interino Michel Temer foi nesta terça-feira (26) até a escola do filho, que também se chama Michel Temer, para buscá-lo no primeiro dia de aula". Depois da alteração, o *lead* ficou: "O presidente interino Michel Temer mudou sua rotina hoje (26) ao buscar o filho, que também se chama Michel Temer, no primeiro dia de aula".

Para uma empresa de mídia pública, o fato de o presidente buscar seu filho na escola não apresenta em si nenhum valor como notícia, mesmo acompanhado por observações sobre como a visita quebrou a rotina da escola e a presença de muitos repórteres incomodou pelo menos a mãe de um dos alunos. No entanto, o aspecto que, segundo a leitora, foi eliminado na edição, isto é, o esforço do presidente em conquistar a simpatia do público, tem valor como notícia e merecia o destaque que supostamente tinha, no *lead*. Depois da alteração denunciada pela leitora, ainda sobrou espaço na matéria para tocar neste aspecto, porém somente no final da matéria: "Desde que assumiu o poder, em maio, com o afastamento de Dilma Rousseff, o presidente interino tem buscado se aproximar da população, inclusive divulgando vídeos nas redes sociais". Sem a ênfase no lado propagandístico do gesto, a justificativa jornalística da cobertura, para uma empresa de mídia pública, desapareceu.

Outro item que chama a atenção na reportagem foi a utilização de um eufemismo para se referir à escola frequentada pelo filho do presidente: "Acompanhado da mulher, Marcela, (...) Temer chegou pouco antes dos estudantes serem liberados na Escola das Nações, um colégio bilíngue localizado no Lago Sul, bairro nobre da capital federal". "Bairro nobre", seja em Brasília ou qualquer outra capital, significa uma área privilegiada, um local ao qual somente pessoas de muitos recursos têm acesso. Uma maneira mais objetiva e direta de transmitir a mesma informação teria sido constatar que o valor da mensalidade da escola para os estudantes da faixa etária do filho do presidente é de quatro mil reais.

Participação feminina nas Olimpíadas

No dia 27/7, o Portal EBC produziu uma matéria sobre o número recorde de mulheres que vão participar da Olimpíada deste ano: 5.180. Ainda está abaixo do número de homens, mas é a maior representação da história dos Jogos. A matéria relacionou as modalidades que contribuíram para o aumento da representação feminina e também as delegações nacionais que vêm para o Rio de Janeiro com mais competidoras que competidores. O percentual da participação feminina em 2016 – 45,29% – foi comparado com o da última edição, de 2012, em Londres, quando foi de 44,25%, e com o da primeira vez em que as mulheres competiram: foi em Paris, em 1900, com apenas 2,21%.

Para apresentar a trajetória do crescimento da participação feminina, desde a primeira edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, em Atenas, no ano de 1896, a matéria foi acompanhada de um gráfico. Com 28 barras, uma para cada edição dos Jogos, o esquema é descendente em sequência cronológica. Com tantas barras, os leitores são obrigados a rolar a tela para ver as participações nas edições mais recentes. A extensão horizontal de cada barra corresponde ao percentual de participação feminina naquela edição dos Jogos. Um dispositivo interativo faz com que, ao deslizar o mouse sobre cada barra, aparece o percentual exato da participação feminina naquela edição.

Para quem está acostumado às representações gráficas nos formatos da página impressa ou da tela do computador, o fato do gráfico não caber na tela e exigir rolagem incomoda, por dois motivos. Um dos objetivos da utilização de gráficos é de permitir a visualização simultânea e compactada de um conjunto de informações, o que é prejudicado quando é preciso rolar a tela. Além disso, a escala de valores percentuais no eixo horizontal é visível somente quando se chega à parte inferior do gráfico. Para compensar a visibilidade parcial das escalas quando os gráficos são grandes, muitas vezes as escalas são repetidas em cima e em baixo (ou em ambos os lados), o que não foi feito neste caso.

Há de se considerar, porém, que muitos dos usuários atuais acessam o site por aparelhos, como tablets e celulares, que não permitem a visualização de um gráfico desses de uma só vez, sem reduzir o tamanho dos detalhes (barras, letras e cifras) ao ponto de torná-los indecifráveis. Muitos destes usuários também já estão acostumados a rolar a tela. Portanto, se a produção dos gráficos tem que servir todos estes formatos, a crítica feita acima perde parte da sua força.

Outra crítica, também baseada em critérios historicamente utilizados na avaliação da representação gráfica, é a inadequação do tipo de gráfico escolhido neste caso. Para apresentar informações sequenciais, gráficos de linha são mais indicados que gráficos de barra. De acordo com as orientações fornecidas em um site sobre o assunto: “Gráficos de barra são utilizados para comparar fatos. As barras fornecem uma exibição visual para comparar quantidades em categorias ou grupos diferentes. Gráficos de linha são utilizados para exibir dados ou informações que mudam continuamente através do tempo. Gráficos de linha nos permitem observar tendências gerais, tais como um aumento ou uma diminuição dos dados ao longo do tempo”.

Aplicando estes critérios, um gráfico de barra seria mais adequado para comparar os percentuais de participação feminina nas delegações de alguns países nos Jogos Rio 2016: Brasil compa-

rado com os Estados Unidos, China e o Reino Unido, por exemplo. Enquanto para representar a história da participação feminina ao longo das 28 edições dos Jogos, um gráfico de linha seria mais adequado. Mas aqui também, novos formatos podem estar criando novos hábitos e muitos usuários podem estar tão familiarizados com os gráficos de barra e tão pouco familiarizados com os gráficos de linha que a velha distinção perde força. Por outro lado, existem tipos de gráfico de barra – agrupadas ou empilhadas – que serviriam para ilustrar o crescimento da participação feminina em comparação à masculina ao longo do tempo. Um gráfico de área serviria para a mesma finalidade.

Em um aspecto, contudo, um gráfico de linha teria uma vantagem: a de apontar com mais visibilidade os pontos de maior inflexão, ou seja, os períodos quando ocorreram os maiores saltos na curva de aumento da participação feminina. Desta perspectiva, observa-se que houve quatro momentos com aumentos de 4 pontos percentuais ou mais entre edições sucessivas dos Jogos: de 1924 para 1928, de 1972 para 1976, de 1992 para 1996 e de 1996 para 2000. Na linha do tempo consta que:

1928 (Amsterdã): entrou atletismo feminino;

1976 (Montreal): entraram basquete, handebol e remo femininos;

1996 (Atlanta): estrearam futebol feminino e vôlei de praia (masculino e feminino);

2000 (Sidney): entraram taekwondo e triatlo (masculino e feminino) e mulheres estrearam no levantamento de peso e pentatlo moderno.

Outros marcos da mesma ordem que seriam interessantes a acrescentar são:

1991: todos os novos esportes que solicitam inclusão nos Jogos têm que incluir eventos para mulheres:

2012 (Londres): primeira Olimpíada na qual as mulheres competiram em todos os esportes.

Estas informações proporcionariam aos leitores uma ideia mais concreta de como tem sido a evolução da participação feminina. Utilizando o gráfico de barra apresentado na matéria, elas (e outras) poderiam substituir os percentuais que aparecem no dispositivo interativo quando o mouse é deslizado. Quanto aos percentuais, que dão precisão às medidas que já aparecem de forma aproximada nos intervalos da escala horizontal do gráfico, eles poderiam ser colocados ao lado das respectivas barras. Para ter o espaço em branco onde eles coubessem, seria necessário modificar a escala horizontal para 0 a 100, em vez de 0 a 50. O que, aliás, seria ao mesmo tempo uma representação mais fiel da participação feminina em relação à participação total.

Explorar as possibilidades de dotar a interatividade do gráfico com uma dimensão mais robusta do que da maneira como foi feita, que imita e lembra um gráfico da inflação, do índice da bolsa de valores ou do câmbio, significa ao mesmo tempo explorar as possibilidades de uma interação maior entre a produção do texto e a produção gráfica durante a elaboração da matéria.

Acesse a matéria:

[Rio 2016 já registra número recorde de participantes mulheres](#)

Informação desinformada

Na tarde de 28/7, às 16h55, a Agência Brasil publicou uma matéria informando que a Sociedade Interamericana de Imprensa tinha condenado o assassinato do jornalista João Miranda do Carmo, em 24/7, na cidade de Santo Antônio do Descoberto/GO. Informava também que a entidade tinha pedido "a investigação e medidas urgentes e necessárias para identificar os mentores do crime e os assassinos". Só que desde a véspera já havia um suspeito preso. Um servidor público municipal, identificado por uma testemunha como o condutor do veículo usado no crime, tinha sido detido e colocado em prisão preventiva. A omissão de qualquer referência à prisão na matéria da Agência Brasil acusa uma desatualização da reportagem em relação ao assunto.

Acesse a matéria:

[Sociedade Interamericana de Imprensa condena assassinato de jornalista em Goiás](#)

Sistema de Rádios

Os sons das rádios comunitárias

O programa “Sons do Brasil”, da Rádio MEC AM, é apresentado todas as quintas-feiras, da meia-noite a uma da madrugada, e leva ao ar uma série sobre as rádios comunitárias de todo o país. Na edição do dia 30/6, o programa apresentou a Rádio Princesa, do bairro de Nova Rússia, da cidade paranaense de Ponta Grossa.

A estrutura da série consiste em uma entrevista por telefone – entremeada por números musicais – com representantes das rádios a respeito de tudo que se relacione com a emissora. O entrevistado da Rádio Princesa foi Luiz Dzulinski, vice-presidente da Associação Comunitária e Cultural de Nova Rússia e jornalista responsável pela emissora. Logo no início, ele parabenizou a Rádio MEC “pela iniciativa de levar para o nosso país os sons que tocam em cada região. Foi uma ideia brilhante essa de vocês”. O apresentador reforçou, dizendo que “fazer uma viagem por várias musicalidades e várias sonoridades é uma forma também de conhecer o Brasil”.

A expectativa, portanto, era de que o ouvinte iria conhecer a produção musical da região de Ponta Grossa e, talvez, do interior do Paraná. Possivelmente, esse tenha sido, de certa forma, o único senão do programa. Quando o apresentador pede ao representante da rádio para anunciar a primeira música de sua seleção, Dzulinski anuncia a música Hey Nana, de Marcelo Camelo, da Banda do Mar, de São Paulo. O representante da emissora justifica dizendo que essa música é uma das que os ouvintes mais pedem para ouvir. Acontece que os ouvintes da Rádio MEC estavam preparados para ouvir e conhecer as canções da região. A segunda música anunciada pelo representante da emissora foi “Verso Simples”, da banda gaúcha Chimarruts.

O motivo da escolha, segundo Dzulinski, também foi o gosto musical dos ouvintes da rádio comunitária. Ele explica que muitas cidades dessa região do Paraná foram fundadas por tropeiros gaúchos que passavam por lá conduzindo gado em direção ao estado de São Paulo. Restou uma ligação cultural com o Rio Grande do Sul, o que explica o sucesso de bandas e músicos gaúchos nesta região do Paraná. Mas a proposta parecia ser a de mostrar a produção musical local e não a da preferência dos ouvintes da rádio comunitária. Só a terceira, “Não posso Esperar”, era de um músico da cidade, Guilherme Santos.

Entre um número musical e outro, Dzulinski fala sobre o surgimento da rádio, explicando que foi uma reivindicação da comunidade, que queria um meio de comunicação desvinculado de grupos político-partidários, religiosos, familiares ou de qualquer outra orientação e que veiculasse tudo que fosse de interesse da comunidade. A rádio tem dificuldade de se manter em funcionamento mas, segundo diz, a vontade de ter um meio independente, plural, faz a comunidade se movimentar para manter a emissora em funcionamento. Explica que a rádio é tocada com muitos voluntários, que estudantes de Jornalismo cuidam dos noticiários e que essa mobilização é porque todos acham importante manter um instrumento como esse, de fortalecimento da democracia e que se diferencia do que é feito hoje no Brasil.

Dar a conhecer esses exemplos do que se faz no interior do Brasil corresponde aos princípios da comunicação pública. Em seguida, mais valorização da produção musical da cidade, mas que nada tem a ver com gêneros musicais do interiorzão do Paraná. Dzulinski anuncia a música “Um certo blues”, da banda Blues na Estrada. As demais composições apresentadas ao longo do programa são de bandas ou músicos do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador, Ponta Grossa, Florianópolis e Curitiba. No total, foram sete músicas de outras cidades e apenas três da cidade da rádio comunitária.

A última banda de Ponta Grossa a ter uma música tocada chama-se Mandau e poderia ter sido mais explorada, uma vez que se ombreia com o que existe de melhor entre as bandas do país. Se houve reparos à seleção musical, a apresentação dessa banda com a música Resistência foi uma compensação. Os integrantes da Banda Mandau militam na defesa da cultura negra e contra a opressão e o racismo. E a música Resistência, pela sua beleza, força e originalidade, mostra que os integrantes não são apenas militantes, mas também músicos extremamente talentosos, que a Rádio MEC mostrou e que o Brasil todo merece conhecer.

Durante o programa, Dzulinski explicou também a origem do nome do bairro em que está situada a Rádio Princesa, que é Nova Rússia. Nada tem a ver com questões de geografia política. É que a região recebeu grupos de imigrantes alemães, mas que antes tinham emigrado para a Rússia. Chegaram, portanto, ao Brasil provenientes da Rússia. O saldo da série sobre rádios comunitárias, do programa Sons do Brasil, pode melhorar mais ainda fazendo um pequeno reparo, mostrando realmente a produção musical da região de cada rádio comunitária.

Linguagem jovem não deve ser caricatural

O programa Ação Periferia é transmitido pela Rádio Nacional AM de Brasília todos os sábados, das 12h00 às 13h00. O programa é fruto de uma parceria da EBC com a Rede Urbana de Ações Socioculturais, que tem como proposta ser um centro de referência de cultura, lazer, esporte e capacitação para os jovens, visando elevar sua autoestima e também a das comunidades.

A linguagem excessivamente descontraída faz a apresentação parecer caricatural, o que não se justifica pelo fato de ser dirigido primordialmente para a juventude da periferia. Pelo que se percebe, o propósito é estimular a participação e a integração em entidades e movimentos que busquem desenvolver o espírito de cidadania, o que é louvável. Mas talvez o programa precise de um pouco mais de organização, de roteirização, e evitar uma linguagem e um tom que a muitos pode parecer abobalhado. O programa do dia 2/7, por exemplo, foi ao ar sem que os ouvintes fossem informados sobre os nomes dos apresentadores.

Voz masculina – Muito boa tarde pra rapaziada. Tâmu entrando na tua sala, aí. Ê, meu rei, tudo bom, beleza? Xuxu beleza aí pra rapaziada, tudo bom aí? Tâmu aí, uma parceria (...). Isso aqui é todo sábado pra você, feito com muito carinho, viu, nas ondas aqui da Rádio Nacional AM 980 khertz, e eu estou aqui acompanhado deeeeeeele, Ariel Haller. Se amarrou na minha apresentação, moleque?

Ariel Haller – Ê, a apresentação ficou boa. Gostei.

Voz masculina – Ê, me contrata lá que eu abro os seus shows, lá (risada).

Mas o programa apresenta um bom conteúdo. O grupo Rafuagi é militante de causas sociais no Rio Grande do Sul e foi o convidado do programa. A certa altura, Cláudia pergunta ao líder, Rafael, como é essa Casa do Hip Hop que eles montaram em Esteio e como se dá a militância dos integrantes do grupo pela educação por meio da música. Ele responde que a Casa do Hip Hop foi uma conquista da participação popular, através do Orçamento Participativo. As comunidades de cada cidade votam e definem suas prioridades para receber recursos. O grupo conseguiu eleger, com 6.681 votos, em Esteio, como prioridade, a Casa, no centro da cidade, voltada especialmente para trabalhar os fundamentos dos direitos humanos. Ele diz que atua desta forma porque, antes de ser artista, é um cidadão.

Mais adiante, Rafa conta que, dos 496 municípios do Rio Grande do Sul, mais de 300 contam com focos de militantes, de ativistas, de artistas que fazem a cultura hip hop. Destes 300, 20 municípios têm os projetos de leis aprovados pelo Legislativo e já sancionados pelo Executivo, de criação das Semanas de Hip Hop. Essas 20 cidades são as principais do Estado. No Rio Grande do Sul, já teve início o processo de criação do fundo estadual do hip hop e surge a ideia de propor nacionalmente.

A entrevista com o grupo foi importante pelas informações que os integrantes forneceram, mostrando muito conhecimento de causa, e também pelo exemplo de estilo sóbrio, apesar de terem como público preferencial os jovens da periferia. Em nenhum momento, os músicos responderam as perguntas ou se dirigiram aos ouvintes de forma caricatural. Talvez essa seja uma das razões por que são tidos como um dos principais grupos de hip hop do país, ganhadores de dois prêmios Hutúz, o principal do gênero, em 2006 e 2009.

“Ponto de Encontro” e alguns desencontros

O programa “Ponto de Encontro”, da Rádio Nacional da Amazônia, ocupa um amplo espaço dentro da programação: das 9h00 ao meio-dia, de segunda-feira a domingo. Trata-se de um local em que os moradores da Amazônia e do Nordeste mandam recados, mas principalmente alô, a amigos e parentes que moram distantes e não contam com outros meios para a comunicação.

Uma das músicas selecionadas e apresentadas no início do programa do dia 10/7, um domingo, chama-se “Cheiro no pescoço” e diz, em uma das estrofes: “Eu te vi na faculdade, / E tive ansiedade em te conhecer. / Perguntei seu nome pra as amigas, Disseram que era tímida, gostei de saber.” E segue: “Escondido vi seu caminhado, / E aquele rebolado que me deixa louco...” Convenhamos que não é o tipo de música mais apropriada para uma emissora pública, que tem, também, uma função educativa. Usar “tive ansiedade em te conhecer” e “vi seu caminhado”, são construções de quem não tem o menor domínio sobre a língua. Que lições estaremos passando aos ouvintes?

Outra música, “Foi daquele jeito”, também no início do programa, tem letra ainda menos apropriada. Uma de suas estrofes diz: “ Você não quis? Vish, bem feito / Sua amiga quis, / e foi daquele jeito / Foi tapa na bunda, na cara / Puxão de cabelo / Na cama, no chão e no banheiro / Foi daquele jeito”. E entra o apresentador: “Opa! Que *brigaída* feia é essa, meu Deus do Céu!

Que *brigaiada* feia é essa! Aqui, a gente quer paz, quer alegria. E alegria no seu domingo de alto astral, domingo lindo, maravilhoso do meu Deus." Pode-se argumentar que o público aceita e gosta de músicas que estimulem a violência, mas nem sempre o que é do interesse do público coincide com o interesse público. Fazer a distinção é uma responsabilidade da EBC.

Às tantas, o apresentador informa: "manhã de muito sol em Brasília". É sabido que a Rádio Nacional da Amazônia é transmitida diretamente da capital federal. Mas, considerando que a emissora fala para as populações da Amazônia e do Nordeste, não seria mais apropriado informar o tempo, e a previsão para o dia, nas suas sub-regiões? Por que razão informar o tempo de Brasília?

Emendando com a fala do tempo, o apresentador se distrai e comete um erro que é corrigido logo em seguida: "Pelo que eu percebi, vamos (nós, os brasilienses) ter uma baixa umidade do ar. Não tem uma nuvem sequer no *chão*. Meu Deus do Céu! No chão, não, desculpa. No Céu.

Ponto alto do programa é a conversa do apresentador com os ouvintes que ligam para a emissora. Ele trata a todos, desde os mais escolarizados aos mais humildes, aos que têm dificuldades de se expressar, com profundo respeito. Isso cria um clima de descontração que deixa à vontade quem se comunica com a rádio.

O Ponto de Encontro serve, como diz o nome do programa, de local onde amigos e parentes se encontram. O ouvinte da região liga pra emissora, conversa com o apresentador e manda alô para a lista que prepara. Talvez seja o caso de se procurar uma forma que não canse os demais ouvintes, uma vez que parece que vários deles estão lendo uma lista telefônica. Um ouvinte mandou um alô para 21 amigos e parentes, citando nomes, sobrenomes, cidades e estados. Na volta foi a vez de o apresentador relacionar mais ainda: 35 ouvintes. Por exemplo: "Quero mandar um alô para Edna Alves e toda a família, em Januária, Minas Gerais; para Maria da Consolação, em São Domingos do Maranhão; para dona Laudina, Maria José e o Nelson, na fazenda Novo Sonho, em Formosa do Rio Negro, na Bahia. O recorde do dia foi de um ouvinte que mandou alô para nada menos que 51 amigos e parentes.

É preciso um certo cuidado quando há referências a empresas. Dependendo da maneira como são tratadas pode parecer aos ouvintes que as empresas têm algum tipo de influência no programa. Quando conversava com uma moradora de Teresina, o apresentador disse: "Você sabia que segundo levantamento da revista Exame, que traz as mil maiores e melhores empresas do Brasil, há também a seleção das 100 maiores empresas do Norte e Nordeste brasileiros, regiões formadas por 16 estados? Nesse grupo seletivo de empresas, o Piauí possui duas." A ouvinte diz: "Que bom!" O apresentador continua: "A estatal Eletrobrás Piauí e a Comercial Carvalho". A ouvinte volta a comentar: "A segunda eu concordo plenamente. Mas a primeira aí, amigo, tá deixando muito a desejar. Você nem queira saber quanto problema essa empresa...". O apresentador intervém: "A Eletrobrás Piauí? Tá faltando energia, é isso?". Diz a ouvinte: "Um atendimento de péssima qualidade." E segue dizendo que sua sobrinha deixou de pagar os talões e, depois que pagou, ainda teve que passar três dias no escuro esperando. O apresentador diz que a empresa deve ter alguma ouvidoria. Nesse caso, diz ele, "tem que reclamar porque, reclamando, se tiver algo errado com certeza eles vão tomar as devidas providências, né?"

A ouvinte concorda e se despede. O apresentador diz: “Peraí, *rapaz*. Você jogou na mega sena?”. Ao ouvir que ela não tinha jogado, conclui: “Ah, é por isso que não teve ganhadora (...). Eu fiquei assim, meio... puxa vida! Minha amiga não ganhou, lá de Teresina? Uma abraço pra você, Edileuza.” E já que havia um clima de promoções, Edileuza se animou: “Ah, deixa eu te falar só mais um pouquinho. Começou a temporada de férias no litoral piauiense. Quem não conhece o litoral do Piauí é bom conhecer, que é sensacional. Inclusive tem uma reportagem no “Piauí que Trabalha”. Quem quiser conhecer, tá aí na internet, no site <http://cidadeverde.com/programas/piaui-que-trabalha>. Tem uma reportagem linda, linda, linda sobre o Delta do Parnaíba.” O apresentador encerra: “Bom domingo, querida, boa semana”.

Mesmo que disfarçado em clima de descontração, as referências podem parecer, aos ouvintes, como merchandising de empresas. Da mesma forma, a menção à mega sena é inadequada e costuma ocorrer em alguns programas radiofônicos. A Ouvidoria foi conferir se havia autorização formal para esses pequenos comerciais, mas a Gerência de Negócios e Captação informou que não há nenhuma previsão no contrato com a Caixa para que isso ocorra. Se houvesse, a EBC deveria estar recebendo por isso. É preciso corrigir essa falha, até mesmo para não interferir nas negociações comerciais da empresa.

Presidência da Câmara: cobertura com altos e baixos

A cobertura, pela Rádio Nacional de Brasília, no dia 13/7, do processo de votação para a escolha do novo presidente da Câmara dos Deputados, em substituição ao ex-presidente, deputado Eduardo Cunha, teve altos e baixos. Antes do início do processo de votação, os deputados da CCJ – Comissão de Constituição e Justiça – estavam em sessão para votar se aceitavam ou não os recursos apresentados por Cunha contra a cassação de seu mandato. No boletim das 17h00, o locutor dizia: “Comissão de Justiça encerra debate sobre recursos de Eduardo Cunha e Maranhão adia eleição para 17h30 para dar tempo à CCJ”.

São várias impropriedades. O texto deve ser conciso, e foi; mas também inteligível, o que não aconteceu. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aparece no início da frase apenas como Comissão de Justiça e, no final apenas como CCJ. Que comissão é essa, que recursos são esses, quem são os citados? O repórter entra ao vivo do Congresso e também não situa didaticamente o que se passa na CCJ. É como se falasse apenas para quem já conhece a situação, que é complexa, e que por isso mesmo exige explicações detalhadas. Às tantas, o repórter diz que os aliados de Cunha usam todo o tempo [a] que têm direito para pedir a “prorrogação” da reunião para outro dia. O correto seria dizer que pedem a remarcação ou transferência para outro dia. Afinal, prorrogar é prolongar, estender, fazer durar mais que o tempo previsto.

A votação para a escolha do novo presidente da Câmara começou às 17h30. O boletim Nacional Informa das 18h00 teria material vivo para falar desse ponta-pé inicial. No entanto, neste boletim, o assunto foi totalmente ignorado. Os assuntos que mereceram escalada foram: “Mais uma secretaria do governo de Brasília autoriza nome social para os servidores transexuais e travestis” e “Juízes lançam petição online para barrar Lei do Abuso de Autoridade”. Nada sobre o que atraía todas as atenções do mundo político.

O assunto só voltaria a ser tratado no Repórter 980, jornal das 18h30, e mesmo assim com vários desajustes. Para começar, o texto lido pelo locutor estava ultrapassado. Os próprios boletins informaram que a reunião da CCJ terminaria quando começassem os discursos dos candidatos a ocupar a cadeira de presidente da Câmara. Ou seja, a reunião da CCJ havia terminado uma hora antes. No entanto, o texto dizia o seguinte: "Deputados da Comissão de Constituição e Justiça estão reunidos para votar os recursos de Eduardo Cunha contra o processo de cassação do mandato que (sic) ele responde na Comissão de Ética da Câmara." Além de desatualizado, o texto é mal redigido. O repórter entra ao vivo, tratando inicialmente de consertar o que fora dito pelo locutor e cometendo outros equívocos: "Com o início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara, foi "encerrada" a Comissão de Constituição e Justiça..." Evidentemente, a Comissão de Constituição e Justiça não foi encerrada e sim a reunião que estava sendo realizada.

Por duas vezes, o repórter está se referindo à reunião da Comissão de Constituição e Justiça e cita o presidente em exercício, Waldir Maranhão. É preciso especificar: "presidente em exercício da Câmara dos Deputados, Waldir Maranhão". Sobre o desfecho, não final, da reunião da CCJ, depois das informações do repórter foram exibidas três falas: uma do deputado Eduardo Cunha, uma do deputado adversário Alessandro Molon (PSOL-RJ) e uma do deputado Carlos Marum (PMDB/MS), favorável a Cunha. Ficou desequilibrado. Diretamente do Plenário, outro repórter transmite as informações mais importantes. Informou tudo o que se relacionava com o processo eleitoral: número de candidatos, desistências, campanhas que se estendiam até a quadra de residências funcionais dos deputados, panfletos em postes, as discussões, horários previstos, etc.

No boletim Nacional Informa das 21h00, o repórter informa que terminaram os discursos dos 13 candidatos a presidente da Câmara e que os deputados se preparavam para votar. Houve alguns senões em relação aos números. Segundo o repórter, estavam presentes 451 deputados e que, para se eleger no primeiro turno, o candidato deveria ter 251 votos. Se formos considerar os 451 deputados, a maioria simples seria, na verdade, 226 votos. Acontece que considera-se o número de votantes, que foram 494 e a maioria simples, no caso, foi de 248 votos. Mas o texto do repórter foi ainda mais impróprio: "Pra vencer em 1º turno, cada um dos 13 deputados que estão concorrendo precisa de pelo menos 251 votos para levar em 1º turno". Obviamente não se trata de cada um. O que deveria ser dito é que para vencer no 1º turno, o candidato (único) precisa ter tantos votos (metade mais um do número de votantes). Nesse mesmo boletim, no entanto, o repórter faz uma boa panorâmica do processo e acerta ao prever como tendo mais chances os deputados Rogério Rosso (PSD-DF), Rodrigo Maia (DEM-RJ) e Marcelo Castro (PMDB-MS).

Mas, no auge do processo de votação, a Rádio Nacional transmite o jogo, da Série B do Campeonato Brasileiro, Vasco da Gama x Santa Cruz, do Recife, e os ouvintes ficam sem informações das 21h00 até a 0h00 de quinta. Os boletins das 22h00 e das 23h00 não foram transmitidos. Para remediar a situação, no intervalo do jogo – entre 22h45 e 23h00 – poderia ter havido uma entrada ao vivo. Mas não houve.

No boletim de 0h00 de quinta-feira, o repórter entra com as informações básicas sobre o primeiro turno e sobre a passagem para o segundo de Rodrigo Maia (120 votos) e de Rogério

Rosso (106). Quando o relógio marcava 0h14, há uma entrada ao vivo, no meio da programação, para informar sobre o final do processo de votação, com a eleição, no 2º turno, de Rodrigo Maia, que teve 285 votos contra 170 de Rogério Rosso. Quase no final, o repórter faz uma análise: "A grande concorrência ocorreu porque, no final do mês que vem, o Senado votará o impeachment de Dilma Rousseff. Se ela for afastada definitivamente, Michel Temer passa a ser o titular e o presidente da Câmara e se torna o segundo na linha de sucessão do país". Faltou deixar claro que isso ocorre porque Michel Temer não tem vice. Em caso de ser efetivado na Presidência e, surgindo um impedimento por qualquer razão, assume o cargo máximo da República, o presidente da Câmara dos Deputados.

Brasil Rural - dependência de outros programas

O Brasil Rural vai ao ar diariamente, das 6h00 às 7h00, pela Rádio Nacional AM de Brasília. O programa, voltado para a população do campo, é muito bem conduzido pelo apresentador. Considerando a edição de 20/7 (quarta-feira), com foco na preservação do meio ambiente, quase nada há a ser questionado em relação ao conteúdo. Os problemas maiores são quanto à forma.

Abre o programa uma vinheta que contraria o que o nome – Brasil Rural – sugere: que seja um programa voltado para o homem do campo. Mas, diz a vinheta de abertura: "Começa agora Brasil Rural, o programa que traz informações do campo para a cidade". Logo no início, como se fosse para acordar os ouvintes, há o canto de um galo, esticado em excesso na edição, o que deve soar estranho aos ouvidos de quem está habituado a acordar com o canto real da ave.

A primeira música apresentada é sertaneja da melhor qualidade, brejeira, extremamente criativa, expressando o mundo rural, e com casamento perfeito entre letra e música. Em um de seus trechos diz: "Nossa estrada é boiadeira / Não interessa onde vai dar / Onde a Comitiva Esperança chega / Já começa a festança / Através do Rio Negro, / Nhecolândia e Paiaguás / Vai descendo o Piqueri, / O São Lourenço e o Paraguai / Tá de passagem, abre a porteira, / Conforme for pra pernoitar". Terminada a música, o apresentador diz apenas: "Comitiva Esperança". As informações sobre autoria e intérpretes foram dadas no início. Quem se interessou pela música durante a execução e quer essas informações, fica sem. A música é de Almir Sater e Paulo Simões e foi interpretada por Sérgio Reis e Zé Henrique Gabriel.

A escolha do repertório é bem feita. A música seguinte – Final dos Tempos – é uma bela sátira política sem ser partidária. Interpretada por Tião Carreiro e Pardinho, tem a autoria de Tião Carreiro e Lourival dos Santos. Segue um trecho da canção:

"Já está na beira do abismo / Nosso mundo sem escora / Já foi tudo pro vinagre / não tem sinal de melhora / A sogra foge com o genro / E o sogro foge com a nora / Velório já virou festa / No enterro ninguém chora / O que é ruim tá aumentando / E o que é bom de mundo some / Honestidade e trabalho não trás / Vitória pro homem / Se ficar o bicho pega / Se correr o bicho come / O escravo do trabalho / Ganha o salário da fome

Em seguida entra uma boa reportagem, de Palmas, informando que peças confeccionadas com capim dourado, preciosidade encontrada apenas nas veredas do Tocantins, do Jalapão, também

vão participar dos Jogos Olímpicos. Após uma seleção, o artesanato produzido pela Associação dos Artesãos Extrativistas do Povoado Mumbuca, localizado no município tocantinense de Mateiros será exposto em *show room* no Rio, durante a realização da Olimpíada. Para uma assessora da Associação, será uma ótima oportunidade de conquistar novos mercados.

Mas, pelo que se segue, o Brasil Rural não dispõe de equipes suficientes para dar conta de preencher os 60 minutos. Grande parte do programa é preenchido com reportagens, matérias e entrevistas de outros programas. E praticamente sem edição. A seleção é boa, mas denuncia falta de estrutura para a produção de material suficiente para o espaço que ocupa.

A certa altura, o apresentador anuncia um assunto "muito importante para você, produtor rural, para você, que é dono de algum pedaço de chão, que é a degradação do solo. A gente chama para isto o Airton Medeiros, nosso colega da (Rádio) Nacional da Amazônia". A entrevista, pinçada de outra emissora, é realmente muito importante para alertar o homem do campo sobre essa ameaça que paira sobre o solo em que trabalha. Mas a linguagem acadêmica, que talvez devesse ter sido 'traduzida' não o foi e certamente não teve a compreensão do camponês. O próprio entrevistador diz logo no início que o assunto é preocupante e diz por quê: "terras compactadas, desequilíbrio de nutrientes, uma enorme perda de matéria orgânica".

A entrevistada foi uma pesquisadora da Embrapa Solos e não se podia exigir que usasse linguagem jornalística, capaz de ser entendida pelo homem do campo. Ela se refere ao MAPA com naturalidade, como se o ouvinte tivesse familiaridade e soubesse que a sigla significa Ministério da Agricultura, Pecuária e Alimentação. E seguem-se frases de difícil compreensão para o homem comum: "você pode exaurir o solo, acabou o nutriente..."; "eles estão exaurindo de alguma forma a fertilidade natural do solo..."; "...tem que ter algumas práticas conservacionistas – uma delas é a manutenção da matéria orgânica no solo".

Foi uma longa entrevista, exibida em duas partes. Logo após a exibição da primeira parte, entra uma entrevista muito consistente, mas feita pelo programa Viva Maria, comandado por Mara Régia. Ela entrevista a bióloga Daniela Ribeiro, que é também fitoterapeuta. Daniela organizou o 1º Encontro de Raizeiros e Pagés da Chapada dos Veadeiros, em Alto Paraíso, Goiás. O objetivo é resgatar e registrar os saberes tradicionais do povo que estão se perdendo, saberes como os dos raizeiros, das benzedadeiras, das parteiras, tentando preservar o conhecimento tradicional.

Acontece que o trecho do programa Viva Maria é exibido praticamente sem edição, entrando com vinheta e tudo: "No ar, Viva Maria. Apresentação: Mara Régia". A certa altura, Mara diz: "o Encontro vai de quarta-feira até sábado". No programa de Mara, que foi ao ar antes de quarta-feira, fazia sentido, mas não no Brasil Rural, que estava sendo apresentado exatamente na quarta. Devia ter sido substituído por uma fala do apresentador: "O encontro começa hoje e vai até sábado".

No final do programa, o apresentador chama uma matéria importante para o produtor de tabaco. E entra uma repórter informando que representantes da cadeia produtiva do fumo querem anular regras que restringem o acesso dos agricultores do setor ao financiamento via Pronaf - Programa Nacional de Financiamento da Agricultura Familiar. O pedido foi feito em reunião da

Comissão de Agricultura da Câmara. E o ouvinte fica sabendo que esta matéria também não é do programa Brasil Rural (nem de rádio da EBC), no encerramento da repórter: "da Rádio Câmara, de Brasília, Dine Moraes".

No fundamental, que é o conteúdo, o programa tem acertado. Faltam apenas os ajustes quanto à forma.

O Amigo da Madrugada: Programa deve voltar à grade da Nacional

O contrato da Rádio Nacional do Rio de Janeiro com o radialista Adelzon Alves, produtor do programa "O Amigo da Madrugada", terminou no dia 20/7 e não foi renovado. O programa, com esse mesmo nome, estreou na Rádio Globo em 1966. No início, o horário era de meia-noite às 4h00 da madrugada. Adelzon saiu da emissora em 1990 e levou seu programa para a Rádio MEC e depois para a Nacional. Ultimamente, o programa começava também à meia-noite e ia até as 3h00 da madrugada.

Depois que o programa saiu do ar, a Ouvidoria começou a receber mensagens pedindo a renovação do contrato com o produtor. Uma das primeiras manifestações partiu do músico percussionista Neto Braz: *"Eu e mais uma legião de fãs do programa do Adelzon Alves gostaríamos de saber por que o programa dele saiu do ar, já que era o único de rádio, a nível nacional, que tínhamos para apresentar nossos trabalhos e ouvir conselhos de um mestre do samba, um programa que tinha audiência e prestígio."*

A Ouvidoria abriu o processo nº 50-RJ-2016 e remeteu o questionamento para a Gerência de Produção – Rádios RJ. Na resposta, para ser enviada ao demandante, essa Gerência disse: *"Agradecemos ao ouvinte atento por sua preocupação, que também é nossa, mas infelizmente a empresa está com problemas sérios de orçamento. Portanto, não só o contrato com o excelente produtor Adelzon Alves, mas todos os contratos com produtores de programas que compõem a nossa grade, neste momento difícil não serão renovados."* E terminou manifestando a esperança de que em futuro próximo seja possível retomar a parceria com Adelzon e também com outros excelentes produtores, que enriquecem as grades das rádios da EBC.

Em poucos dias, após a retirada do programa do ar, a Ouvidoria recebeu 154 mensagens de ouvintes – algumas muito parecidas ao vincular o radialista à cultura brasileira – protestando contra a decisão e pedindo a renovação. Exemplos:

Puka Pinheiro – *Adelzon Alves é a nossa "Cultura Viva Musical", lançou tantos artistas que hoje são grandes sucessos. "O Programa da Madrugada" não pode acabar, por favor.*

Wanderley Monteiro – *Adelzon Alves é um ícone no samba brasileiro, na cultura deste País.*

Misael da Hora, músico, arranjador, filho do maestro Rildo Hora – *O programa do Adelzon Alves é dos melhores e lugar de moradia da cultura brasileira.*

Flávio Torres – *Estão sendo veiculadas notícias do fim de seus programas na prestigiosa EBC, o que seria realmente uma tragédia para a cultura brasileira em geral, e para nossa música em particular.*

Alguns blogs independentes condenaram a não renovação do contrato com Adelzon Alves que, em geral, consideram um patrimônio cultural e da radiofonia brasileira. Rememoraram a carreira do produtor, ressaltando que lançou diversos músicos, especialmente sambistas, e especialmente dos morros, que se tornaram artistas consagrados. Alguns sites começaram a divulgar – e convocar – um protesto contra a demissão de Adelzon Alves, marcado para o dia 25 de julho, na rua Gomes Freire, em frente às instalações da EBC no Rio, na forma de uma roda de samba.

Três dias antes da data agendada para o protesto, a Gerência de Comunicação e Marketing da EBC, emitiu uma nota intitulada: “O contrato com Adelzon Alves está em processo de renovação”. O texto dizia que a medida respondia ao que “foi divulgado em alguns veículos de comunicação”. Ocorre que a própria Gerência de Produção – Rádios-RJ havia informado que o contrato de Adelzon Alves – e também de outros produtores – não seria renovado e havia o fato objetivo de que o programa estava fora do ar. A nota não fazia referência a nenhuma dessas questões e informava também que “A expectativa é de que o programa 'Adelzon Alves, O Amigo da Madrugada' volte a ser exibido na próxima semana”. Como a nota foi emitida na sexta-feira, dia 22/7, a próxima semana referia-se ao período de 25 a 29/7. Pois bem, no dia 1º/8, o programa continuava fora do ar. Procurada, a Diretoria de Produção informou à Ouvidoria que a questão da renovação do contrato será decidida na reunião do Comitê de Programação marcada para o próximo dia 9/8.

A impressão que fica é de que essas decisões foram tomadas meio apressadamente, sem uma análise mais aprofundada a respeito do significado e das consequências das mudanças. Ao se defrontar com uma reação, é anunciado que o contrato está em processo de renovação e que o programa voltaria rapidamente à grade. Como não voltou, anuncia-se que deve voltar dentro de nove dias, ou seja, uma informação anula a anterior e é anulada pela subsequente.

Na Rádio Nacional, notícias do Brasil diretamente da França

Na edição do dia 28/7, do programa “Repórter Brasil”, transmitido pela Rádio Nacional de Brasília AM, das 7h00 às 7h45, a última notícia de um segmento apresentado por um radiojornalista da Rádio França Internacional pode ter soado estranha para os ouvintes brasileiros. A reportagem, que ocupou 23 segundos dos três minutos que o segmento durou, tratou de um fato relacionado à segurança dos Jogos Olímpicos.

De acordo com a matéria, “No Brasil, agentes de segurança argentinos vão reforçar a segurança da Olimpíada. Os agentes vão chegar no próximo dia primeiro e ficam até depois dos Jogos Olímpicos, que terminam no dia 23 de agosto. Além de participarem do Centro de Inteligência no Rio de Janeiro, os agentes vão agir em Brasília e em Foz do Iguaçu. De Paris, Maurício Assunção, da Rádio França Internacional, para o Repórter Brasil”.

A participação de agentes estrangeiros nos esquemas de segurança montados para os Jogos merece a atenção da imprensa brasileira, sem dúvida. Segundo uma matéria divulgada pela Agência Brasil em 19/7, “o esquema de segurança nos jogos contará também com a participação direta de agentes de 100 países”. Estranho, porém, é receber as informações a respeito desta pauta de um repórter de emissora francesa, falando diretamente de Paris, em vez de serem produzidas pelos próprios veículos da EBC.

A colaboração de agentes de segurança argentinos no combate às ameaças terroristas foi mencionada em várias matérias produzidas e publicadas em julho pela Agência Brasil. Por exemplo, as notícias sobre o grupo criado dentro da Polícia Federal para combater o terrorismo durante os Jogos, havendo referências à contribuição da inteligência argentina. Como consta em uma das matérias: “Existe um centro específico contra o terrorismo, que é o Centro Integrado Anti-terrorismo (CIANT), do qual participam seis países, exatamente os que recentemente sofreram ou tem isso em sua realidade, como Estados Unidos, França, Inglaterra, Bélgica, Paraguai e Argentina. Eles estarão em todos os lugares, permanentemente atentos a toda informação que possa contribuir para a segurança dos Jogos”.

Tendo já em mãos essas informações da Agência Brasil, é difícil entender o que a notícia da Rádio França Internacional acrescentou que fosse digno de um espaço na cobertura internacional. É preciso analisar se existe um processo de triagem dos conteúdos fornecidos pela Rádio França Internacional à Rádio Nacional de Brasília AM.

Cobertura de sequestro: faltou contextualização

Os ouvintes do programa “Repórter Brasil” da Rádio Nacional de Brasília AM, por volta de 7h43 na manhã de segunda-feira (1/8), ouviram uma notícia curta, de 24 segundos, no final da participação de uma radiojornalista de São Paulo. Segundo a notícia, “Policiais da Divisão Antissequestro e da DHPP, o Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa, libertou (sic) na noite de ontem a sogra de Bernie Ecclestone. Ela saiu ilesa. Dois homens foram presos em um cativeiro na cidade de Cutia, que fica ao sul da Grande São Paulo. A polícia procura mais dois suspeitos de participarem do sequestro”.

Para quem não sabia quem é Bernie Ecclestone, e muito menos que sua sogra tinha sido sequestrada – um fato, ocorrido em 22/7, que nenhum dos veículos da EBC cobriu – a reportagem não passou de um simples registro policial, sem nenhuma razão aparente de estar na pauta do noticiário. Mesmo para quem identificasse o personagem, a razão de o Brasil ter sido onde sua sogra foi sequestrada não foi explicada.

Um pouco mais tarde, no programa “Revista Brasil”, alguns dos elementos que faltavam para contextualizar a notícia foram supridos. Na chamada do programa, o locutor se referiu ao “sequestro da sogra do chefe da Fórmula 1”. Mais adiante, na reportagem, que durou um minuto e 7 segundos, a mesma radiojornalista em São Paulo identificou Ecclestone como o “presidente da empresa que administra a Fórmula 1” e disse que “a vítima tinha sido rendida em casa no bairro de Interlagos”.

Ainda assim, para complementar essas informações, teria sido interessante se a reportagem tivesse acrescentado que Ecclestone é um multibilionário e é casado com uma brasileira desde 2012 e que a quantia exigida pelos sequestradores – R\$ 120 milhões – foi o resgate mais elevado pedido na história deste tipo de crime no Brasil.

Ouvidoria nos veículos da EBC

Programas da Ouvidoria

A situação dos programas da Ouvidoria nas rádios e na TV Brasil permanece a mesma que foi referida em relatórios anteriores. As dificuldades administrativas para formação da equipe de produção ainda não foram superadas, inviabilizando os projetos. Somente a Coluna da Ouvidoria vem sendo publicada, ainda em página única na Agência Brasil, com inserção no Portal EBC, na seção "Também na EBC". Os arquivos e *links* das publicações ficam armazenados na [página da Ouvidoria](#). No mês de julho foram publicados dois textos da Coluna, reproduzidos abaixo.

Colunas da Ouvidoria

A perfeição não é fiadora da credibilidade

A Agência Brasil cometeu um erro. Até aí, nada que não possa acontecer — e acontece — a qualquer veículo de notícias. Mas dessa vez o deslize teve grande repercussão, transformando-se em combustível para o humor característico das redes sociais. O erro inicial se via logo no título: "*CNI defende carga de 80 horas semanais para trabalhador brasileiro*". A matéria, publicada às 14h21 de sexta-feira (8/7), permaneceu no ar dessa forma até as 15h28 — tempo suficiente para ser republicada por diversos blogs de notícia e versões digitais dos meios impressos. A maioria deles confia plenamente na competência da Agência Brasil e nem se dá ao trabalho de conferir o texto. O tempo decorrido para se retificar a matéria também propiciou a propagação da suposta defesa da carga de 80 horas semanais de trabalho, que fora atribuída à CNI.

A Agência Brasil errou, também, ao proceder à correção de forma atabalhoada. Primeiramente, corrigiu o título, que enfatizava erradamente a informação, para um texto menos retumbante: "*Presidente da CNI defende mudanças previdenciárias e nas leis trabalhistas*". O título corresponde aos fatos de uma forma burocrática, acanhada, já que, objetivamente, o mais importante da declaração era justamente a defesa do aumento das horas de trabalho semanal que, embora não para 80 horas, está implícita na fala de Robson Andrade. O presidente da CNI diz o seguinte, na reportagem:

"No Brasil, temos 44 horas de trabalho semanal. As centrais sindicais tentam passar esse número para 40. A França, que tem 36, passou para a possibilidade de até 80 horas de trabalho semanal e até 12 horas diárias de trabalho. A razão disso é muito simples. A França perdeu a competitividade de sua indústria com relação aos demais países da Europa. Agora, está revertendo e revendo suas medidas, para criar competitividade. O mundo é assim e temos de estar abertos para fazer

essas mudanças. Ficamos ansiosos para que essas mudanças sejam apresentadas no menor tempo possível."

O erro ao citar o cômputo das horas foi do próprio presidente da CNI, mas isso não justifica que a reportagem reafirme o erro, errando também. Uma conta básica mostraria que com 12 horas diárias não se chegaria às 80 horas semanais, mesmo trabalhando-se aos sábados. Do ponto de vista jornalístico, seria já um indicativo da necessidade de apuração das questões trabalhistas na França, o que evitaria o erro.

A correção desse deslize, entre colchetes, na transcrição da fala de Robson Andrade, também não foi a mais oportuna: "*As centrais sindicais tentam passar esse número para 40. A França, que tem 36, passou para a possibilidade de até 80 horas de trabalho semanal e até 12 horas diárias de trabalho [na verdade, são 60 horas semanais].*" Grifo nosso. O único erro que a Agência deveria corrigir era o do título, e não o do presidente da CNI.

Em transcrição de declarações onde se verificam erros, o uso do "(sic)" é o mais adequado. O colchete aplica-se apenas à complementação do texto ou da informação para facilitar a compreensão do leitor. Da forma como foi usado, ficou como um desmentido ou uma correção indevida. O melhor teria sido explicar, em outro parágrafo, os detalhes de como o assunto está sendo tratado na França, com a informação precisa, e não como um remendo à declaração. Não se perde nada ao contextualizar os assuntos; muito pelo contrário, enriquece-se a reportagem.

A página da matéria ficou indisponível por um intervalo de tempo, até que reapareceu com novo título e uma explicação no pé da matéria: "*O título foi atualizado às 15h28 para correção de informação. O presidente da CNI, Robson Andrade, não defendeu a ampliação da carga horária para 80 horas semanais no país, mas mudança na legislação trabalhista. No evento, ele citou as propostas de mudanças trabalhistas que estão sendo apresentadas pelo governo francês, entre elas (sic) da jornada de trabalho.*" No texto, um erro: falta o artigo "a", bem ali onde está o "sic" indicado pela Ouvidoria. Mas o que faz mesmo falta é a informação que justifica o motivo dessa errata. Quem não viu o título anterior, com o equívoco, não saberá a que a Agência está se referindo.

Mais tarde, porém, às 17h15, uma errata correta. Com o título explícito "*A Agência errou*", segue a explicação: "*O título da reportagem 'CNI defende carga de 80 horas semanais para trabalhador brasileiro', publicada hoje (8) às 14h21, permaneceu com erro até as 15h28. Diferentemente do informado, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, não defendeu a jornada de 80 horas semanais para o país, mas mudanças na Previdência e nas leis trabalhistas. O título da matéria foi alterado para 'Presidente da CNI defende mudanças previdenciárias e nas leis trabalhistas' ".*

No final das contas, o erro da Agência foi apenas o da composição de um título incorreto, a partir de uma interpretação errada da fala, também equivocada, do presidente da CNI. O tempo entre o erro e a correção é que deu margem a que a gravidade do assunto se ampliasse. Em termos de credibilidade, ser infalível não é a grande questão; mas admitir a falha e corrigi-la com agilidade protege a confiabilidade e o prestígio de qualquer veículo de informação.

O zepelim gigante e seu cachorro morto

A expressão “chutar cachorro morto”, ditado popular de origem desconhecida, tem a seguinte explicação na enciclopédia livre Wikipédia: “Chega um ponto em qualquer discussão que o próprio debate chega a um fim naturalmente. É possível que você tenha vencido, perdido ou que ele tenha terminado num empate. Neste ponto, é recomendável que você não chute mais o cachorro morto. (...) Caso contrário, se você continuar a chutar o pobre debate, se você tentar reabri-lo, se você continuamente fizer referências àquilo que todos já sabem, se você esfregar seus argumentos na cara dos demais, é muito provável que você, na verdade, não esteja conseguindo influenciar ninguém e nem conseguindo aliados para sua causa, mas certamente estará aborrecendo todos os que são obrigados a aturá-lo”.

As discussões que volta e meia pipocam em editoriais da imprensa tradicional sobre a Empresa Brasil de Comunicação-EBC, gestora dos veículos públicos, e seu futuro tido como fatídico podem ser referidas por esse ditado – um debate que se exauriu pela repetição de argumentos de pura retórica e informações genéricas, comparando-se quase que a um torneio, entre os autores, sobre quem vai dizer melhor aquilo que o outro disse também.

Logo no dia seguinte à votação da admissibilidade do impeachment de Dilma Rousseff, em 12/5, a EBC começou a frequentar a mídia como uma espécie de Geni, personagem do musical de Chico Buarque, Ópera do Malandro, que conta a vida de uma travesti que, com seus encantos e sedução, salvara a cidade da ameaça de ataque de um zepelim gigante. Mas passada a ameaça, Geni volta a ser tratada com de sempre, com discriminação e ódio, caracterizando, teatralmente, a hipocrisia de uma sociedade pseudomoralista.

A jovem EBC também conquistou, pelos encantos de sua simples existência, o interesse de muitos setores (principalmente audiovisual, mas não apenas) ameaçados pelo zepelim de um mercado altamente concentrado, em crise, onde notáveis e outros nem tanto começaram a perder lugar. Os detalhes e números podem ser consultados nas mais diversas fontes. A EBC estava na moda; muitos queriam “contribuir” para o projeto. O conceito de “pública” funcionava como uma espécie de *data venia* para os índices de audiência regularmente baixos. Mas àquela época isso não rendia manchete.

No entanto, com o afastamento da presidenta, a promessa de que muitas crises em breve estarão superadas acalmou os mercados, acendendo os ânimos. E a EBC, de quem jamais se ouvira falar pela imprensa, aparece agora como uma espécie de Geni em segundo ato: “Ela é feita pra apanhar! Ela é boa de cuspir!”. Uma rápida busca na internet comprova a ciranda de artigos e notas repetitivos que afirmam que a EBC é isso; a EBC é aquilo; que fez isso, e aquilo outro... Como se a empresa fosse gestora de si mesma.

Por ser pública, todas as informações sobre a EBC estão disponíveis para quem quiser, através da Lei de Acesso à Informação – que, aliás, está sob a responsabilidade dessa Ouvidoria. O link de entrada fica naquele símbolo verde e amarelo no alto das páginas do Portal. Mas se nem os que escrevem consultam, como esperar que os que leem venham a conferir?

Um pouco mais de atenção poderia dar a conhecer os mecanismos de controle social sobre a gestão da empresa. Saberiam, por exemplo, que um diretor-presidente, dentro de regras claras, pode ser afastado pelo Conselho Curador se não corresponder ao que rezam os princípios da comunicação pública. E embora nem todos saibam, os cidadãos, através da Ouvidoria, podem fiscalizar e fazer suas críticas chegarem ao Conselho Curador, demandando soluções.

Mas não é privilégio da EBC ser tratada como um bem público que merece a extinção por sua "ineficiência". É mais ou menos assim com tudo o que é público, como hospitais e escolas, por exemplo. A sociedade, (in) formada pela mídia, vai aprendendo que é melhor ter plano de saúde do que morrer no SUS; a pagar escola particular do que arriscar o futuro na educação pública. E assim se vai construindo uma espécie de atalho na percepção dos cidadãos, que os afasta do entendimento de que devem cobrar competência, eficiência e honestidade na gestão dos negócios públicos, porque são negócios seus. Mas somente lhes é dado ver o "horror e a iniquidade" na forma de espetáculo.

A face mais simbólica da complementaridade que configura a EBC como pública no sistema de comunicação, estabelecido na constituição, é esse esforço cotidiano de dialogar com as pessoas como cidadãos, para além da dimensão de consumidores, que também são. Acabar com a EBC ou transformá-la em estatal para divulgar atos oficiais, acima de tudo não faz sentido. Não seria nem um pouco estratégico, para qualquer governo, assumir o ônus de retroceder sobre um preceito constitucional, como se honrar a Constituição fosse algo relativo, que se altera como as vírgulas de um texto. Isso, sim, poderia ser comparado a um "zepelim gigante".

A cada artigo que leio desqualificando a comunicação pública e a empresa que a abriga, lembro-me da adolescente que foi vítima de estupro coletivo no Rio de Janeiro e que foi criminalizada pelo delegado do caso... justamente aquele que deveria defendê-la.

De resto, esse assunto já está se tornando uma espécie de cachorro morto, que alguns, inexplicavelmente, ainda insistem em chutar.

Manifestações do Público

No mês de julho de 2016, a Ouvidoria recebeu 195 mensagens do público relativas à TV Brasil. Foram 60 reclamações, 10 elogios, 19 sugestões, 7 comentários, 62 serviços e 37 pedidos de informação. A seguir, uma amostragem das manifestações dos telespectadores:

Cláudia Borges Ferreira escreve dizendo que participou de debate sobre a situação da EBC, na Ocupação do MinC, no Rio de Janeiro. E levanta a seguinte questão: *"Não me surpreendeu que as TVs comerciais não estivessem presentes, fazendo cobertura de um evento que tratava da Comunicação Pública. Mas a ausência da própria EBC, via TV Brasil foi lamentável. Não deu nem pra entender mais qual é o posicionamento desse canal."*

Acionada pela Ouvidoria, a Diretoria de Jornalismo, sediada em Brasília, enviou as seguintes explicações: *"Infelizmente, segundo informações da equipe de telejornalismo do Rio de Janeiro, no horário do evento realizado no MinC, a única equipe disponível estava comprometida com envio de conteúdo para programas produzidos pela empresa em São Paulo."*

Maria Angélica de Assis Andrade entrou em contato com a Ouvidoria afirmando ser telespectadora assídua da TV Brasil, dizendo ser *"a única emissora cujo noticiário é realmente confiável e verdadeiro, sem manipulações e informando a realidade sem retoques e sem maquiagem tendenciosa."* Ela se diz apreciadora também *"de vários programas, como Samba na Gamboa, Sr Brasil, Brazilianas, Caminhos da Reportagem, Fique Ligado, O Brasil de Darcy Ribeiro, Repórter Brasil, etc. Dia 03/6, domingo, assisti no "Conhecendo Museus", o do Mazzaropi."* Maria Angelica diz que gostou muito e que tentou avisar um amigo, mas que procurou na página da TV Brasil e não encontrou. Ela pede informações sobre como enviar o vídeo do programa. E termina enviando cumprimentos: *"Parabéns, a todos que fazem da TV Brasil, uma referência de respeito, de honestidade, de confiabilidade perante a vergonhosa desmoralização da mídia no Brasil. Contem sempre com a minha audiência e a da minha família."*

Resposta da Ouvidoria:

"Em relação à nova temporada do "Conhecendo Museus", não temos como informar por quais motivos os episódios não estão disponibilizados na página da TV Brasil. Talvez o contrato permita apenas a exibição na TV, no entanto, precisaríamos verificar junto ao setor de coprodução os termos exatos. Vários dos programas que são veiculados na TV Brasil possuem páginas específicas na internet e nas redes sociais (Facebook, YouTube, etc). O Conhecendo Museus é uma delas. No site <http://www.conhecendomuseus.com.br/> é possível saber um pouco mais sobre o projeto e também acompanhar as temporadas. O episódio, objeto de questionamento da telespectadora, faz parte do acervo da 4ª temporada (5º episódio) e pode ser assistido aqui https://www.youtube.com/watch?v=-NwDf_D9n6o"

A telespectadora Fernanda Moema, faz queixas em relação à programação da TV Brasil: *"Prezados senhores, que lástima! O melhor programa da TV Brasileira era, sem sombra de dúvida, o Espaço Público, do Paulo Moreira Leite, e também o melhor programa da televisão aberta, ao lado do Sem Censura, da Leda Nagle. Pois bem, a Leda Nagle só aparece agora depois de uma hora da manhã mas pelo menos o conservaram, e o do Paulo, lamentavelmente foi tirado do ar sem mais nem menos; embora a gente saiba o porquê. Só me resta lamentar. Que pena! Aqueles que de fato amam o Brasil e querem saber o que realmente, e que a mídia não conta, ficaram órfãos. Só nos resta esperar que Deus, que dizem ser brasileiro, olhe pelo nosso belo país."*

A Ouvidoria agradeceu o contato, as observações e especialmente a audiência. E informou que a mensagem *"foi encaminhada à Diretoria de Conteúdo e Programação, para conhecimento e análise."*

O questionamento da telespectadora Jane Alencar foi em relação aos horários da programação: *"Gostaria de saber porque excelentes filmes são exibidos pela TV Brasil em horários proibitivos para trabalhadores, estudantes, etc.? Exibir um filme às 24h é querer não ter audiência. É impossível para trabalhadores e estudantes ficarem acordados até às 24h, porque a maioria absoluta tem que acordar cedo para exercer suas atividades."*

A Ouvidoria informou à demandante que a mensagem foi encaminhada à Diretoria de Conteúdo e Programação da EBC para conhecimento e análise. E emendou com um texto padrão para esse tipo de demanda: *"Ressaltamos que a definição da programação e de conteúdos leva em consideração uma imensa diversidade de fatores e opiniões, a grade de horários é planejada para atender ao maior número de telespectadores possível e as mudanças dependem de uma série de estudos e não ocorrem com frequência. Dessa forma, agradecemos pela colaboração e nos colocamos à disposição."*

O telespectador que se assina Evaldinho Jr. diz que sua TV digital não quer pegar a TV Brasil já faz mais de duas semanas. *"Começou do nada, de repente. Eu já fiz sintonia automática, já mexi na antena e nada adianta. Só fica assim na TV Brasil. Os outros canais pegam normalmente, sem problema algum. Moro em Duque de Caxias-RJ, na rua Ubirajara, 30, Vila Maria Helena."*

A Superintendência Executiva de Suporte da TV Brasil informa que encaminhou a demanda do telespectador ao pessoal técnico no Rio de Janeiro, para que verifique o problema relatado.

A telespectadora que se identificou apenas pelo prenome, Laura, diz que mora em Niterói-RJ e que *"há vários dias a transmissão do Canal 02 – TV Brasil está com problemas. A imagem a todo instante é interrompida. O problema está acontecendo também com vizinhos."*

Segue resposta da equipe de Engenharia da TV Brasil: *"Estamos com limitação de potência de saída de nosso transmissor digital, neste período, devido a problemas técnicos no sistema de refrigeração predial. Mas estamos trabalhando para a correção destes problemas o mais breve possível."*

Agência Brasil e Portal EBC

Em julho a Ouvidoria recebeu 29 manifestações dirigidas à Agência Brasil. Houve 15 reclamações, 5 pedidos de informação, 3 sugestões, um comentário, um elogio e 4 solicitação de serviços.

Uma das reclamações criticou uma matéria sobre a Parada do Orgulho LGBTQTS em Brasília pela inclusão da letra "S" (simpatizante) na sigla. Segundo o demandante, "esse termo com S no final não existe há mais de 20 anos. Todos perante a sociedade devem ser simpatizantes com qualquer tipo de diferença e igualdade". A Suadi respondeu, informando que "A Parada do Orgulho LGBTQTS em Brasília tinha exatamente este nome. Nós o usamos porque foi adotado assim pela organização, que entende existir pessoas que simpatizam com a causa e não se enquadram em nenhum dos grupos militantes ali representados". O link da página do evento foi fornecido para confirmar esta informação.

Um leitor e uma leitora denunciaram a inadequação de uma matéria sobre a visita do presidente interino da República à escola onde seu filho estuda. A leitora também questionou uma alteração na matéria sem sinalização da edição. Na resposta a Suadi apresentou os seguintes argumentos para justificar a pauta e a alteração: "A Agência Brasil cobriu o fato por entender que uma atividade fora da rotina típica do presidente, que poderia envolver outras pessoas, teria a possibilidade de gerar algum fato extraordinário que merecesse o registro. Ao acompanhar esse compromisso do presidente, o repórter acatou ordem da chefia e fez o registro do fato segundo as normas do Manual de Jornalismo da EBC, que preconiza que fatos de interesse geral são cobertos pelos veículos da casa. Entendemos que o leitor da Agência Brasil também se interessa por movimentações do presidente da República em caráter particular, em algumas situações. Além disso, no dia, foi um assunto de relevância, pois, inclusive, impactou a rotina da escola. Já a mudança, com a retirada da expressão 'lado humano', foi uma decisão editorial por estar em um contexto fora do nosso parâmetro estabelecido no Manual de Jornalismo, por indicar uma situação de maneira irônica."

Esta resposta foi contestada pela leitora, que comentou, entre outras coisas: "As chefias que sustentam pautas governistas de hoje e do passado próximo sem o mínimo de preocupação de fazer outro tipo de comunicação colaboram para a destruição do projeto de comunicação pública". A cobertura e as críticas dos leitores foram tema da análise "Presidente pegar filho na escola é notícia?" na edição 274 do Boletim da Ouvidoria.

Um leitor pediu esclarecimentos em relação à mudança do título de uma matéria sobre uma declaração do presidente da Confederação Nacional de Indústria (CNI), na qual o executivo foi citado como defensor do aumento da jornada de trabalho para 80 horas. O leitor afirmou: "Pelo que entendi, o presidente da CNI afirmou o desejo das 80 horas. E depois um assessor deve ter ligado pra redação pedindo correção. Não acho que esta correção fosse necessária, já

que ele fez esta sugestão. Gostaria de ter uma posição da empresa sobre o assunto. O texto ainda foi reproduzido no UOL e em outros veículos”.

A Suadi respondeu: “A primeira versão da matéria tinha um título errado, impreciso em relação ao que foi dito pela fonte - embora a maior parte da matéria estivesse correta. Quando o erro foi identificado, o título foi trocado e uma nova versão publicada. Posteriormente, foi publicado um 'Agência Brasil errou' esclarecendo a situação. De fato, infelizmente, durante o período entre a publicação da primeira versão e a correção, alguns veículos reproduziram o texto com erro”. Este assunto foi tema da Coluna da Ouvidoria de 11/07/2016.

Houve pedidos de informação feitos por estudantes e pesquisadores interessados em utilizar as fontes citadas em matérias em trabalhos acadêmicos. Outros pedidos foram feitos por leitores desejosos de obter mais informações sobre medidas anunciadas por órgãos oficiais que terão impactos na vida dos cidadãos.

Um leitor mandou duas sugestões, que foram encaminhadas à Suadi: “No caso da Central de Conteúdo Portal/Internet, está faltando a editoria Esportes, onde os internautas gostam muito mas atualmente não existe. Outra coisa que vocês poderiam melhorar, seria fazer a diferença entre outros veículos todos os textos com fotos dando a melhor condição de leitura”.

O elogio foi em referência a uma matéria sobre as contas públicas, na qual o leitor destacou “a objetividade e riqueza dos dados” apresentados pelos jornalistas.

Em julho a Ouvidoria recebeu 5 manifestações dirigidas ao Portal EBC. Houve 3 reclamações e 2 pedidos de informação, sem nenhuma característica digna de destaque.

Sistema de Rádios

No mês de julho de 2016, a Ouvidoria da EBC – Empresa Brasil de Comunicação – recebeu 364 mensagens do público relativas ao Sistema de Rádios. Foram 313 reclamações, 16 elogios, 9 sugestões, 3 comentários, 17 serviços e 6 pedidos de informação. Foi um mês atípico. De janeiro a junho, a média mensal de mensagens referentes ao Sistema de Rádios foi de 65. Já em julho chegou a 364, um crescimento de nada menos que 460% em relação à média mensal. E qual foi a razão? O que destoou foi a Ouvidoria ter sido inundada de mensagens – boa parte muito semelhante – reclamando da não renovação do contrato do radialista Adelzon Alves, apresentador do programa “O Amigo da Madrugada”. Foram 234 manifestações sobre este programa.

Mas os ouvintes se referiram, embora em menor escala, também a outros assuntos. Sobre O Amigo da Madrugada voltaremos a falar mais à frente. Questões técnicas sempre mobilizam os ouvintes. Por exemplo, Rita Colaço questiona: “Como se explica o fato de a Rádio Nacional AM-RJ ser ouvida no passado em todo o país, na América Latina e inclusive em outros continentes – como divulgado agora no Caminhos da Reportagem, em homenagem aos 80 anos da emissora – e hoje não ser captável a 200 quilômetros da Capital do Rio de Janeiro?”

A equipe de engenharia das Rádios do Rio de Janeiro enviou uma resposta em que detalhou as razões do problema. Antes, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro operava em 980 kHz, “um canal exclusivo do Brasil na América do Sul e por isso sua transmissão não sofria nenhum tipo de interferência em todo o país.” Segundo a equipe de engenharia, com a criação da Nacional de Brasília, essa frequência passou a ser utilizada por essa emissora, passando a Nacional do Rio a operar na frequência atual de 1.130 kHz. “Ocorre que esse canal é compartilhado com mais 9 emissoras espalhadas pelo país e, portanto, não tem a penetração do antigo canal exclusivo. A Rádio Nacional de Brasília continua com essa prerrogativa, de ser ouvida em todo o território nacional na sua frequência exclusiva de 980kHz.” O texto esclarece que há outros fatores, de menor importância, interferindo na recepção de AM, como o aumento do ruído eletromagnético gerado nas cidades por conta dos inúmeros aparelhos elétricos em uso nos dias de hoje, o que não acontecia no passado.

E aí segue-se uma amostra das 234 mensagens reclamando da não renovação do contrato da Nacional do Rio de Janeiro com o apresentador Adelzon Alves. Leandro M. Silveira diz, em resumo, o seguinte: “Admiro o trabalho dele, que contribui muito para a qualidade da programação da emissora com o seu programa na madrugada e que é uma importante ferramenta de divulgação dos trabalhos de novos e antigos sambistas.”

Puka Paiva Pinheiro diz que “Adelzon Alves é a nossa “Cultura Viva Musical”, lançou tantos artistas que são grandes sucessos atualmente. ‘O Programa da Madrugada’ não pode acabar, por favor.”

Anderson Soares Régis entende que "Pior que esse governo favorecer a panelinha de artistas amigos é esse absurdo tirando do ar esse monstro sagrado da comunicação e divulgador do samba, chamado Adelzon Alves, que ouço há mais de 40 anos lançando artistas hoje consagrados e que, apesar de tudo, se omitem."

Eva Lúcia Medvedeff questionou: "Como é possível pensar em tirar do ar um programa com tantos anos e com tantos serviços prestados a música? Se a notícia é procedente, acho que houve algum engano nessa avaliação. Espero que tudo se resolva a contento dos muitos admiradores do comunicador e do programa."

Paulo Sérgio Barril Peixoto pede explicações: "Gostaria de saber, se for possível, sobre os motivos (da não renovação do contrato), já que os comunicadores não desejavam "abandonar" seus ouvintes e tampouco, os ouvintes desejavam que isto acontecesse."

Esta mensagem foi a última a receber uma resposta padrão. Aliás, todas as mensagens que chegaram à Ouvidoria do dia 11/7 até o dia 22/7, receberam a seguinte resposta padrão da Gerência de Rádios do RJ:

"Agradecemos à ouvinte atenta por sua preocupação e que também é nossa, mas infelizmente a empresa está com problemas sérios da falta de orçamento, portanto não só o contrato com o excelente produtor Adelzon Alves, mas todos os contratos com produtores de programas que compõem as nossa grades, neste momento difícil, não serão renovados. Esperamos que em futuro próximo possamos retomar a nossa parceria com o grande Adelzon Alves, mas também com os outros excelentes produtores que enriquecem as grades das rádios EBC."

A mensagem seguinte, de Theró Moraes, e, a partir daí, todas as que chegaram receberam outra mensagem padrão. Antes, vamos à mensagem deste ouvinte:

"Que a diretoria da emissora reveja urgentemente essa decisão, pelo muito que ele e seu programa representam para a preservação da memória do samba e da história cultural do nosso Brasil."

Vamos, agora, à nova resposta padrão que passou a ser enviada a todos os que enviavam mensagem referindo-se à não renovação do contrato.

"Em resposta ao que foi divulgado em alguns veículos de comunicação, informamos que o contrato com o produtor musical e apresentador, Adelzon Alves, está em processo de renovação. A expectativa é de que o Programa "Adelzon Alves, O Amigo da Madrugada" volte a ser exibido na próxima semana. Os contratos de outros programas das Rádios EBC também se encontram em processo de renovação."

Em relação à primeira resposta padrão, houve pelo menos uma impropriedade. Foi quando disse que "a empresa está com problemas sérios da *falta de orçamento*".

Em relação à segunda resposta padrão, o correto seria dizer que a empresa tinha mudado de posição e decidido abrir um processo de renovação do contrato. Em vez disso, o texto dava a entender que a empresa estava esclarecendo uma informação não procedente que estava sendo veiculada por alguns veículos de comunicação.

Monitoramento e Gestão da Informação

Mapeamento das demandas

TV Brasil

Reclamações

Em julho a Ouvidoria recebeu 60 reclamações referentes à TV Brasil, que se distribuem conforme o quadro abaixo. O maior número de reclamações se refere a problemas com sinal: 35 reclamações (58%).

Reclamações – TV Brasil	Total
Problema com sinal	35
Reclamação de mudança na programação ou não veiculação sem aviso-prévio	6
Reclamação sobre o horário da veiculação de filmes e programas	3
Reclamação sobre a retirada da grade do Espaço Público e Brasilianas.org e Palavras Cruzadas	2
Reclamação sobre mudanças no jornalismo da TV Brasil	2
Reclamação sobre o <i>site</i> do Repórter Brasil	1
Reclamação sobre convidado do "Sem Censura"	1
Reclamação de omissão de informação	1
Reclamação sobre retransmissora	2
Reclamação sobre comentarista de futebol	1
Reclamação sobre problemas com o WebTV	2
Outros	4
Total	60

Elogios

No mês de julho a Ouvidoria recebeu 10 elogios para a TV Brasil, conforme o quadro abaixo. Recebemos 4 elogios à transmissão de jogos (40%).

Elogios – TV Brasil	Total
Elogio à transmissão de jogos	4
Elogio à programação infantil	2
Elogio ao "Partituras"	1
Elogio à programação	1
Elogio ao "Samba na Gamboa"	1
Elogio ao "Caminhos da Reportagem"	1
Total	10

Sugestões

Em julho recebemos 19 sugestões para a TV Brasil, conforme o quadro abaixo. Foram 6 sugestões de pauta para programas (31%) e 3 sugestões de reprises e novos programas (15%).

Sugestões – TV Brasil	Total
Sugestões de pauta a programas	6
Sugestão de programas e reprises	3
Sugestão de programas de língua espanhola	2
Sugestão de mudança de horário do "Alto Falante"	1
Sugestão de mudança de horário do "Visual"	1
Sugestão de transmissão de futebol feminino	1
Sugestão de mudança de horário do "Partituras"	1
Sugestão de mudança de horário do "Memória do Brasil"	1
Sugestões ao "Sem Censura"	1
Outros	2
Total	19

Agência Brasil

Reclamações

Em julho a Agência Brasil recebeu 15 reclamações, de acordo com o quadro abaixo. Recebemos 6 reclamações de erro de informação em matéria (40%) e 3 reclamações de parcialidade em matéria (20%).

Reclamações – Agência Brasil	Total
Reclamação de erro de informação em matéria	6
Reclamação de parcialidade em matéria	4
Reclamação sobre alteração em matéria	2
Reclamação de problemas em matéria	1
Reclamação sobre linha editorial	1
Outros	1
Total	15

Elogios

No mês de julho recebemos 1 elogio para a Agência Brasil.

Elogios – Agência Brasil	Total
Elogio a matéria	1
Total	1

Sugestões

Em julho recebemos 3 sugestões para a Agência Brasil, conforme abaixo.

Sugestões – Agência Brasil	Total
Sugestão de pauta	2
Sugestão para a página da Agência Brasil na <i>internet</i>	1
Total	3

Portal da EBC

Reclamações

Em julho recebemos 3 reclamações para o Portal da EBC.

Reclamação – Portal EBC	Total
Reclamação de erro em matéria	2
Reclamação de problemas no portal	1
Total	3

No mês de julho não recebemos elogios ou sugestões para o Portal.

Sistema Público de Rádios

Reclamações

No mês julho as emissoras de rádio da EBC receberam 314 reclamações, conforme o quadro abaixo. A maior parte das reclamações foram sobre o fim do programa “O amigo da Madrugada” da Nacional do Rio de Janeiro. Ao todo foram 238 reclamações (75%). Também recebemos 39 reclamações pelo fim do “Ecos da Terra” (12,5%), 12 reclamações sobre problemas com sinal (4%), 7 reclamações sobre o fim do “ZoaSom” (2%) e 6 reclamações sobre o fim do “Estação Brincadeira” (2%).

Reclamações – Rádios	Total
Reclamação sobre o fim do “O Amigo da Madrugada”	238
Reclamação sobre o fim do “Ecos da Terra”	39
Reclamação sobre sinal	12
Reclamação sobre o fim do “ZoaSom”	7
Reclamação sobre o fim do “Estação Brincadeira”	6
Reclamação sobre WebRádio	2
Reclamação sobre site e/ou aplicativo	2
Reclamação de excessiva repetição da programação musical na Nacional FM	2
Reclamação de problemas na inscrição do Festival de Música	1
Reclamação sobre escolha do entrevistado	1
Reclamação sobre a grade de programação	1
Reclamação de mudança na programação da Nacional do Rio de Janeiro	1
Reclamação por haver poucas vozes femininas na MEC FM	1
Reclamação sobre “Tema Livre”	1
Total	314

Elogios

Em julho recebemos 16 elogios para as emissoras de rádio da EBC.

Elogios – Rádios	Total
Elogio à MEC FM	4
Elogio ao “Bate Papo Ponto Com”	2
Elogio à Nacional da Amazônia	1
Elogio ao “Bate Papo Nacional”	1
Elogio ao “No Tabuleiro do Brasil”	1
Elogio ao “Todos os Ramais”	1
Elogio ao “O Amigo da Madrugada”	1
Elogio ao “Época de Ouro”	1
Elogio à MEC AM	1
Elogio ao “ZoaSom”	1
Elogio à programação esportiva	1
Elogio à matéria da Radioagência	1
Total	16

Sugestões

Em julho recebemos 8 sugestões para as emissoras de rádio da EBC.

Sugestões – Rádios	Total
Sugestão de programas e reprises	3
Sugestão de mudança de horário do “No Tabuleiro do Brasil”	1
Sugestões à programação da Nacional do Rio de Janeiro	1
Sugestão de mudança de horário do “Época de Ouro”	1
Sugestões a programação da MEC FM	1
Sugestão ao “Bate Papo Nacional”	1
Total	8

Processos penderes

Pendências de atendimento

Até o fechamento do relatório verificamos 25 pendências referentes ao mês de julho.

Área Encaminhada	TOTAL
Superintendência de Agências e Conteúdos Digitais	7
Superintendência de Suporte	6
Diretoria de Jornalismo	2
Diretoria de Produção	2
Gerência de Rede	2
Diretoria da Presidência	2
Diretoria de Conteúdo e Programação	1
MEC FM	1
MEC AM BSB	1
Nacional do Rio de Janeiro	1
Total	25

Processos pendentes de resposta da Superintendência de Agências e Conteúdos Digitais:

- 4 reclamações de erro de informação em matéria;
- 1 reclamação de parcialidade em matéria;
- 1 reclamação de alteração em matéria;
- 1 pedido de informação sobre matéria.

Processos pendentes de resposta da Superintendência de Suporte:

- 4 reclamações de problema com sinal da TV Brasil;
- 1 pedido de informação sobre retransmissão;
- 1 reclamação de problema com sinal da MEC FM.

Processo pendente de resposta da Diretoria de Jornalismo:

- 2 pedidos de informação sobre matéria.

Processo pendente de resposta da Diretoria de Produção:

- 1 solicitação de episódio de programa;
- 1 pedido de informação sobre o Sem Censura.

Processo pendente de resposta da Gerência de Rede:

- 1 pedido de informação sobre parceria;
- 1 pedido de informação sobre sinal digital da TV Brasil.

Processos pendentes de resposta da Diretoria da Presidência:

- 1 pedido de entrevista com o Diretor Presidente;
- 1 pedido de informação sobre mudanças na programação.

Processo pendente de resposta da Diretoria de Conteúdo e Programação:

- 1 pedido de informação sobre mudanças na programação da TV Brasil.

Processo pendente de resposta da coordenação da MEC FM:

- 1 reclamação sobre poucas locutoras femininas na programação da emissora.

Processo pendente de resposta da coordenação da MEC AM de Brasília:

- 1 reclamação sobre de título inadequado.

Processo pendente de resposta da coordenação da Rádio Nacional do Rio de Janeiro:

- 1 mensagem com considerações e sugestões à Rádio Nacional do Rio de Janeiro.

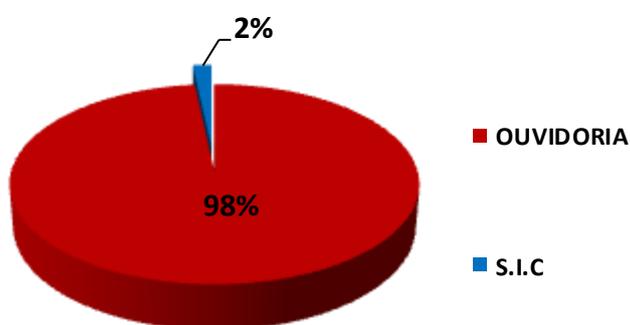
Estadísticas de atendimento

Ouvidoria em números

Percentuais de atendimento para o período

A Ouvidoria da EBC contabilizou em julho 815 atendimentos, sendo 801 referentes ao atendimento da Ouvidoria e 14 do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SIC.

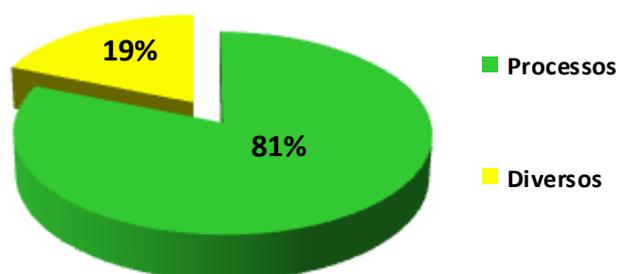
Percentual de atendimentos



FONTE: NAMBI – OUVIDORIA/EBC

Dos 801 atendimentos relacionados à Ouvidoria, 650 (81%) geraram processos por terem assuntos relacionados aos veículos da EBC. As outras 151 manifestações (19%) foram respondidas aos usuários sem abertura de processo, sendo classificadas como "diversos" por não se referirem a assuntos pertinentes à EBC.

Percentual de atendimentos por relevância



FONTE: NAMBI – OUVIDORIA/EBC

As 650 manifestações que geraram processos distribuem-se, entre os veículos, conforme demonstrado abaixo:

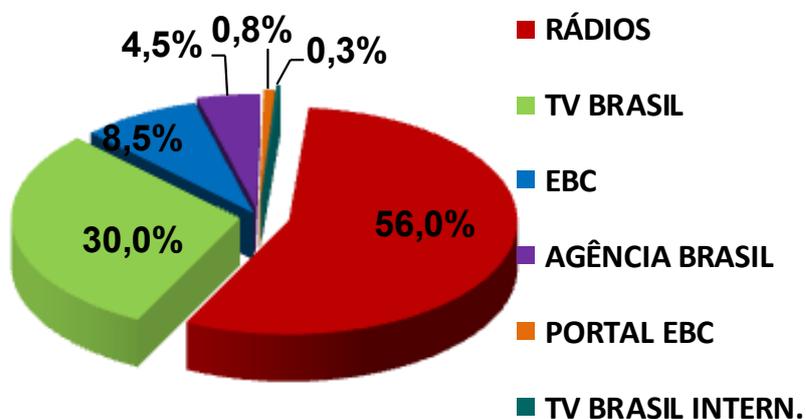
Manifestações por veículo

JULHO							
Veículo	Reclamação	Elogio	Sugestão	Comentário	Serviço	Pedido de Informação	Total
AGÊNCIA BRASIL	15	1	3	1	4	5	29
EBC	1	0	0	0	50	4	55
PORTAL DA EBC	3	0	0	0	0	2	5
Rádios	314	16	8	3	17	6	364
TV BRASIL	60	10	19	7	62	37	195
TV BRASIL INTERNACIONAL	0	0	1	0	1	0	2
TOTAL	393	27	31	11	134	54	650

FONTE: NAMBI – OUVIDORIA/EBC

O gráfico abaixo demonstra o percentual de manifestações de acordo com a distribuição entre os veículos:

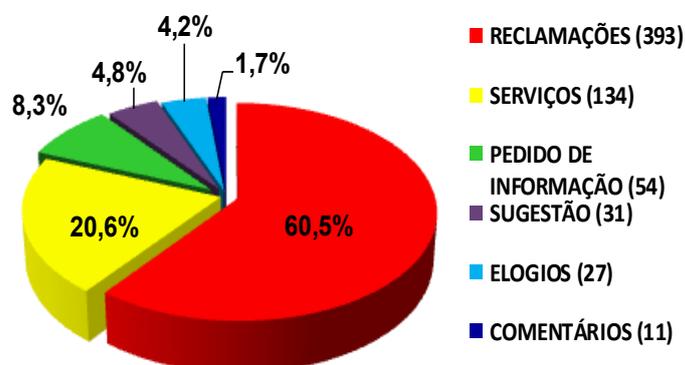
Percentual de manifestações por veículo



FONTE: NAMBI – OUVIDORIA/EBC

O seguinte gráfico demonstra o percentual de manifestações por categorias.

Percentual das manifestações por categorias



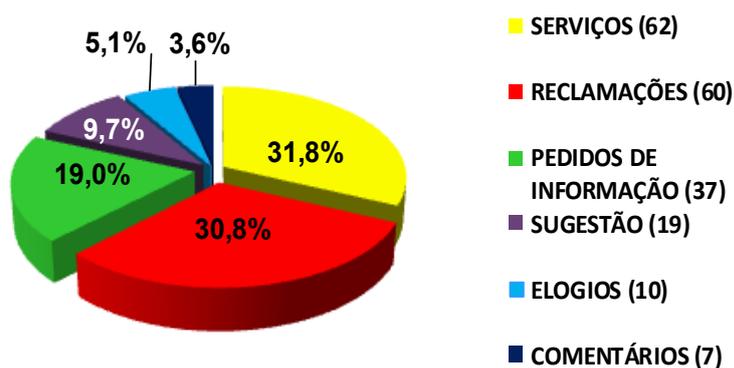
FONTE: NAMBI – OUVIDORIA/EBC

Quantitativo de atendimentos por veículo

TV Brasil

A Ouvidoria recebeu em julho 195 manifestações direcionadas à TV Brasil. O gráfico a seguir mostra a distribuição dos tipos de manifestações e as respectivas porcentagens.

Percentual por tipos de manifestações

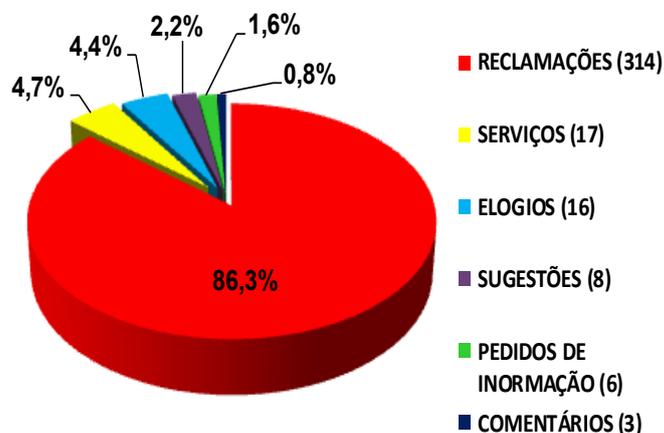


FONTE: NAMBI – OUVIDORIA/EBC

Sistema de Rádios

A Ouvidoria recebeu, em julho, 364 manifestações dirigidas às rádios. O gráfico a seguir mostra a distribuição dos tipos de manifestações e as respectivas porcentagens.

Percentual por tipos de manifestações



FONTE: NAMBI – OUVIDORIA/EBC

Distribuição de demandas por emissora de rádio

JULHO							
Veículo	Reclamação	Elogio	Sugestão	Comentário	Serviço	Pedido de Informação	Total
RADIOAGÊNCIA NACIONAL	0	1	0	0	1	0	2
RÁDIO MEC AM – BRASÍLIA	3	0	0	0	0	0	3
RÁDIO MEC AM – RIO DE JANEIRO	53	2	0	1	0	3	59
RÁDIO MEC FM – RIO DE JANEIRO	7	5	2	1	2	0	17
RÁDIO NACIONAL DA AMAZÔNIA	5	2	0	0	13	0	20
RÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA - AM	2	1	2	0	0	0	5
RÁDIO NACIONAL ALTO SOLIMÕES	0	0	0	0	0	0	0
RÁDIO NACIONAL RIO DE JANEIRO	240	5	4	1	0	1	251
RÁDIO NACIONAL FM BRASÍLIA	4	0	0	0	1	2	7
Total	314	16	8	3	17	6	364

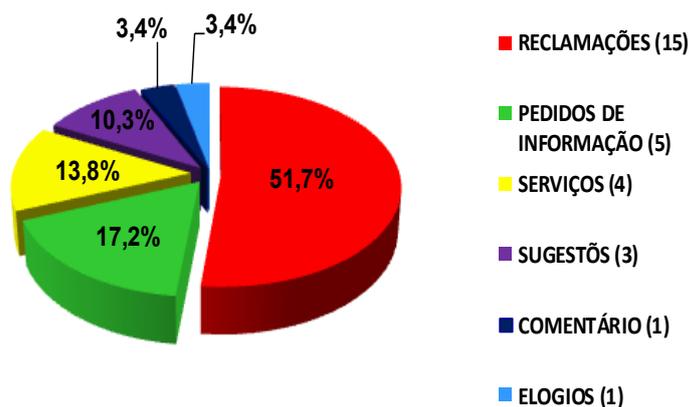
FONTE: NAMBI – OUVIDORIA/EBC

Em julho, as rádios com maior quantidade de demandas são a Nacional do Rio de Janeiro (69%), a MEC AM (16%) a Nacional da Amazônia (5%). As demais rádios representam (10%) do número de demandas recebidas.

Agência Brasil

A Ouvidoria recebeu, em julho, 29 manifestações referentes à Agência Brasil. O gráfico a seguir mostra a distribuição dos tipos de manifestações e as respectivas porcentagens.

Percentual por tipos de manifestações

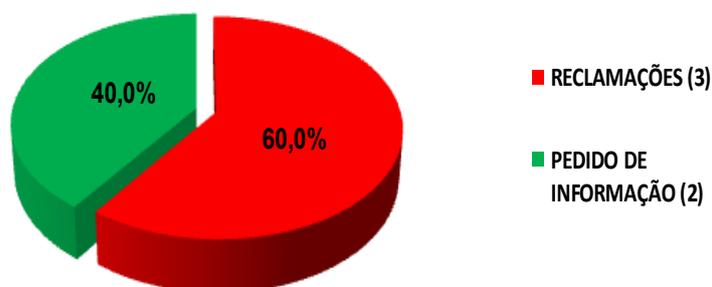


FONTE: NAMBI- OUVIDORIA/EBC

Portal EBC

A Ouvidoria recebeu, em julho, 5 manifestações direcionadas ao Portal da EBC. O gráfico a seguir mostra a distribuição dos tipos de manifestações e as respectivas porcentagens.

Tipos de manifestações

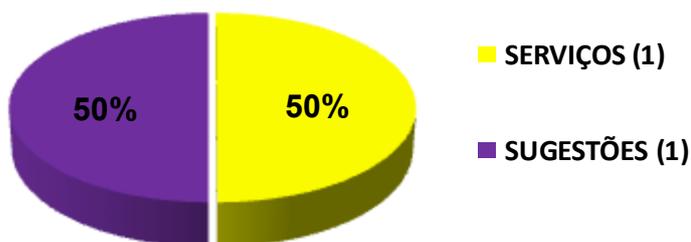


FONTE: NAMBI- OUVIDORIA/EBC

TV Brasil Internacional

A Ouvidoria recebeu, em julho, 2 manifestações direcionadas à TV Brasil Internacional. O gráfico a seguir mostra a distribuição dos tipos de manifestações e as respectivas porcentagens.

Tipo de manifestação

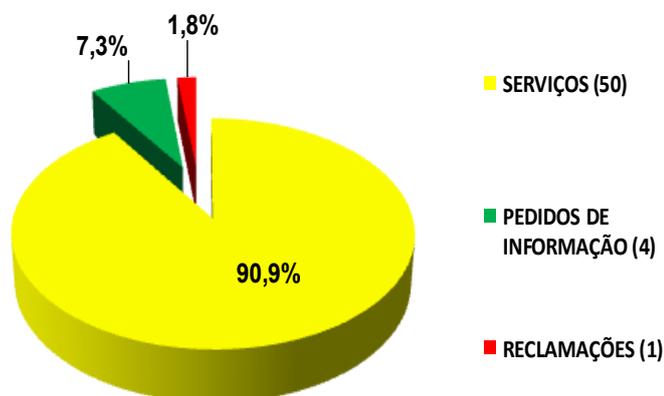


FONTE: NAMBI- OUVIDORIA/EBC

Empresa Brasil de Comunicação – EBC

A Ouvidoria recebeu, em julho, 55 manifestações referentes à Empresa Brasil de Comunicação – EBC, que seriam adequadamente direcionados a um atendimento do tipo 0800 ou “fale conosco”; não são atendimentos característicos de Ouvidoria. O gráfico a seguir mostra a distribuição dos tipos de manifestações e as respectivas porcentagens.

Tipos de manifestações



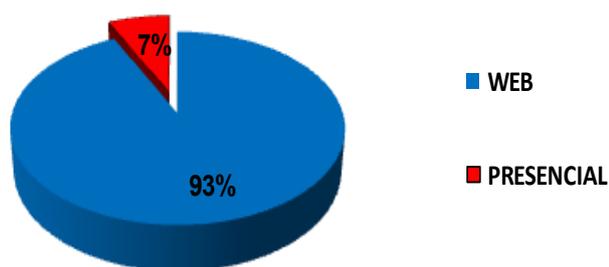
FONTE: NAMBI – OUVIDORIA/EBC

Serviço de Informação ao Cidadão - SIC

SIC em números

O SIC registrou em julho 14 pedidos de informação. Foram 13 atendimentos via *Web* e 1 presencial.

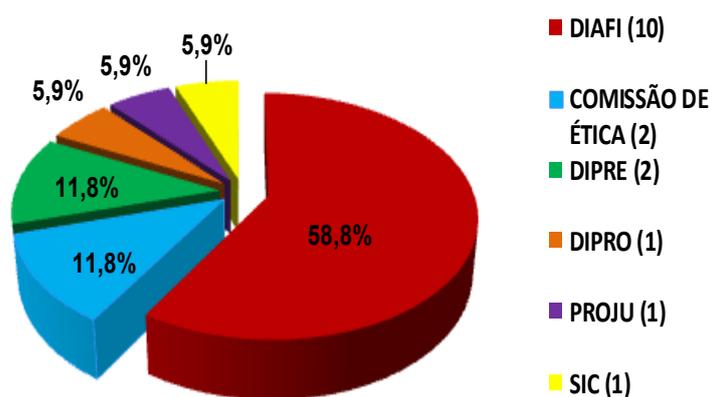
Pedidos de Informações por Meio de Acesso



FONTE: E-SIC – OUVIDORIA/EBC

Os pedidos de informação e recursos registrados em julho são apresentados a seguir por área de competência, em dados absolutos e percentuais. Alguns pedidos foram enviados para diferentes áreas.

Pedidos de informações por área de competência



FONTE: E-SIC – OUVIDORIA/EBC

Em conformidade com o que estabelece a Norma 104 da Ouvidoria/EBC e a Portaria Presidente - 185-A/2012 de 24/05/2012 as áreas têm 5 dias úteis para resposta. A Lei de Acesso à Informação Nº 12.527 de 7 de Novembro de 2011 estabelece o prazo de 20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias.